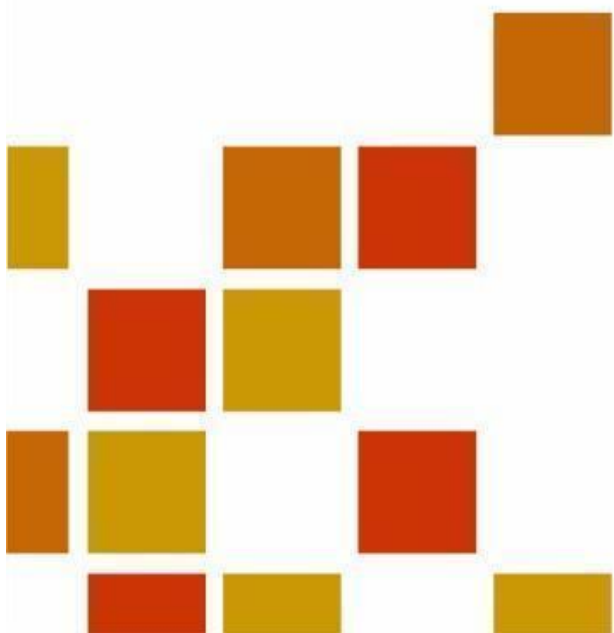


ecos000

ESPAÇO, CIDADANIA E OPORTUNIDADES SOCIAIS



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023

PROPOSTA - PROGRAMA FAVELA COM DIGNIDADE

ESPAÇO, CIDADANIA E OPORTUNIDADES SOCIAIS – ECOS

AGOSTO
2023

Avenida das Américas, 8445 sala 1218 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.539.959/0001-25 - Telefone: 2517-3314 / (21)97940-4433
e-mail: gerenciatecnica.ecos@gmail.com site: <http://ecosbrasil.org>

ÍNDICE

PARTE I - APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.APRESENTAÇÃO DA ECOS - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	5
1.2 História da ECOS	5
1.3 Princípios éticos e comportamentais da ECOS	7
1.4 Participação em Fóruns, Redes, Conselhos e reconhecimento das práticas desenvolvidas pela ECOS	8
1.5 Descrição das atividades atuais	10
1.6 Recursos institucionais	12
1.6.1 Infraestrutura de apoio para o projeto	12
1.6.2 Gestão financeira e administrativa da ECOS	14
1.6.3 Equipe técnica e administrativa	16
1.6.4 Comunicação social e a utilização de ferramentas digitais	19
1.7. Responsável técnico	21

PARTE II - DESCRIÇÃO DA REALIDADE DO PROJETO

1. CONHECIMENTO DO PROBLEMA	22
1.1 Conhecimento sobre as políticas setoriais contidas no Plano de Trabalho	25
1.2 Discussão técnica sobre a modalidade de atendimento	33
1.3 Informações e dados sobre os trabalhos similares ao objeto já realizados pela ECOS	36
1.4 Dificuldades e desafios encontrados para a realização do Programa e soluções propostas para superá-los	44
2 JUSTIFICATIVA	45
3.OBJETO	46
3.1 Objetivo geral	46
4. ABRANGÊNCIA	47
5. DEFINIÇÃO DE PARÂMETROS PARA O CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E METAS	50
6.METODOLOGIA DAS AÇÕES	53
6.1 Projeto para captação de parcerias	63
6.2 Estratégias e Metodologias inovadoras	64
6.3 Cronograma de execução	66

Avenida das Américas, 8445 sala 1218 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 02.539.959/0001-25 - Telefone: 2517-3314 / (21)97940-4433

e-mail: gerenciatecnica.ecos@gmail.com site: <http://ecosbrasil.org>

6.5	Definição das atividades competentes a sociedade civil e ao poder público	68
6.5.1	Atividades de Gestão Administrativa e Financeira	68
6.5.2	Atividades de Gestão Pedagógica	69
7.	RECURSOS HUMANOS	70
7.1	Quadro de Recursos Humanos Previsto	70
7.2	Reserva de Vagas	74
7.4	Capacitação da Equipe Técnica	74
8	SUPERVISÃO (AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO)	77
8.1	Avaliação processual	77
8.2	Avaliação de resultados	77
8.3	Indicadores e Metas de Atendimento para os 12 Meses de Vigência do Programa	80
9.	PRAZO	82
9.1	Custos	82
9.1.1	Locação de Vans, Higienizadas, com motorista e combustível mensal	82
9.1.2	Aquisição de Material e Expediente Mensal	82
9.1.3	Aquisição de equipamento de proteção individual mensal	82
9.1.4	Aquisição única de equipamento de informática	83
9.1.5	Aquisição única de bens móveis	83
9.1.6	Aquisição de material de divulgação e identidade visual do projeto por ação integrada (12 ações integradas)	83
9.1.7	Aquisição de kit lanche e água por ação integrada (12 ações integradas)	84
9.1.8	Aquisição de locação de máquinas e equipamentos com insumos por ação integrada (12 ações integradas)	85
9.1.9	Aquisição de locação de máquinas e equipamentos com insumos por ação integrada (12 ações integradas)	85
9.1.10	Aquisição de locação de máquinas e equipamentos com insumos por ação integrada (12 ações integradas)	86
9.1.11	Aquisição de locação de máquinas e equipamentos com insumos por ação integrada (12 ações integradas)	86
9.1.12	Aquisição de locação de máquinas e equipamentos com insumos por ação integrada (12 ações integradas)	86

9.1.13 Aquisição única de material de divulgação e identidade visual do projeto	86
9.1.14 Aquisição única de material de escritório	87
9.1.15 Aquisição única de material de divulgação e identidade visual	88
10 TABELA DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA	88
11 PLANILHA FINANCEIRA	90
11.1 Cronograma de desembolso	91

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Programa Favela Com Dignidade	
Processo:	
Autoria: Secretaria Especial de Ação Comunitária	
Início:	Término:

1. APRESENTAÇÃO DA ECOS - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Nome: Espaço, Cidadania e Oportunidades Sociais - ECOS		
UF: RJ	CNPJ: 02.539.959/0001-25	
Endereço: Avenida das Américas, 8445, sala 1218 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ		
Contato: gerenciatecnica.ecos@gmail.com	Telefone: 21 2517-3314	
RESPONSÁVEL LEGAL		
Nome Completo	Cargo	CPF
Silvio dos Santos	Presidente	097.182.907-10
RESPONSÁVEL TÉCNICO		
Vivian Esther Mesterman Bilhim	Psicóloga	047.970.227-60
Email: vivian.mesterman@gmail.com	Telefone: (21) 97940-4433	

1.2 História da ECOS

A Espaço, Cidadania e Oportunidades Sociais – ECOS, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, que surgiu da união de profissionais que atuam em diversos segmentos da sociedade em desvantagem. Atuamos desde 1998, com a finalidade de promover a inclusão social, a defesa e garantia dos direitos, sobretudo visando o cumprimento das normas e diretrizes que versam sobre as garantias

individuais e coletivas de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, por serem a parcela mais fragilizada da sociedade, através de projetos socioassistenciais que buscam ampliar as oportunidades das pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social, no desenvolvimento de ações concretas, que revertam em benefício imediato para esta parcela da população. A ECOS possui mais de 18 anos de experiência na execução de Serviço de Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade, e atua desde 2002 na cogestão de diversos serviços educacionais e socioassistenciais, contribuindo com o fortalecimento de diferentes políticas públicas, no município Rio de Janeiro, em outros municípios do Estado do Rio e outros Estados do Brasil. Neste período de existência, já contribuimos com a cogestão de diversos equipamentos públicos, no campo da inclusão, através das políticas educacionais e socioassistenciais. Nossa área de atuação perpassa por projetos de cunho educacional, socioambiental, esportivo, socioassistencial, promoção da igualdade, proteção e integração social, atendendo diferentes atores sociais e contemplando as camadas da população em maior desvantagem e vulnerabilidade.

As experiências no desenvolvimento de projetos socioassistenciais, possibilitou-nos um olhar aprofundado sobre a importância do uso de diferentes recursos para potencializar o desenvolvimento saudável do indivíduo, oportunizando a sua construção pessoal, social e emocional. Ressalta-se que as intervenções no campo social estão sempre respaldadas por ações que privilegiam o convívio familiar e comunitário. Para tal, são imprescindíveis ações que promovam diferentes níveis de mediação, seja no âmbito do acesso à serviços, seja no âmbito das medições de conflitos familiares e/ou comunitários, para que possamos, com isso, estabelecer um fluxo que garanta um acolhimento qualificado e uma porta de saída eficaz.

Outro eixo estruturante das ações da ECOS são os cursos de capacitação oferecidos pela instituição. Possuímos larga experiência neste campo de atuação a partir da realização de convênio com diferentes órgãos públicos e organizações. No ano de 2001, firmamos convênio com a FIRJAN para desenvolver curso vinculado ao Programa Brasil Empreendedor. Em 2002 com a Secretaria de Estado de Trabalho, ofertamos capacitação profissional para pessoas portadoras de deficiência (PPD). Em 2003, realizamos convênio com a Associação de Hemofílicos e pessoas com doenças hemorrágicas, qualificando os associados e seus familiares na área de esporte e lazer. Neste mesmo ano, firmamos convênio com a SMAS do município do Rio, e desenvolvemos cursos na Casa de Cursos de Capacitação em Manguinhos, qualificando os usuários em diferentes áreas. Este trabalho foi ampliado no ano de 2004, agregando a Casa de Cursos de Capacitação em Irajá. Ainda no ano de 2003, celebramos convênio com a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda do município do Rio e executamos o projeto "Com licença vou a luta", ofertando capacitação para mulheres. Em 2005, conveniados à Secretaria

Avenida das Américas, 8445 sala 1218 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 02.539.959/0001-25 - Telefone: 2517-3314 / (21)97940-4433

e-mail: gerenciatecnica.ecos@gmail.com site: <http://ecosbrasil.org>

de Estado de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro, desenvolvemos a qualificação de 30 usuários de PPD no Estado. Em 2017, através do projeto SEJA DIGITAL, realizamos a qualificação profissional e contratação de antenistas e mobilizadores sociais, que atuaram diretamente em parceria com os CRAS do município do Rio de Janeiro.

- **Missão** - Promover cidadania e gerar oportunidades, numa perspectiva de responsabilidade compartilhada, com ações concretas e benefícios imediatos à população em situação de vulnerabilidade social.
- **Visão** - Ampliar a rede de parceiros para desenvolver em toda a nação programas de incentivo à educação, cultura, esporte, lazer e ações socioassistenciais, com foco na sustentabilidade, inclusão social e garantia de direitos.
- **Valores** - Respeito | Transparência | Conhecimento | Igualdade | Solidariedade | Determinação | Ação

Objetivos estratégicos:

- Promover a inclusão social, a defesa e garantia dos direitos, da população em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
- Fortalecer a rede socioassistencial através da participação ativa em Conselhos, Fóruns e Assembleias que discutam as estratégias de intervenção social;
- Contribuir para a implementação das Políticas públicas de garantia de direitos, através da Formalização de parcerias com os diversos setores da sociedade;

1.3 Princípios éticos e comportamentais da ECOS

A ECOS, prezando pela transparência e integridade das ações e trabalhos desenvolvidos, construiu um conjunto de mecanismos para atuar na prevenção, detecção e combate à prática de atos lesivos ou de corrupção, bem como para promover a implantação de princípios éticos, códigos de conduta e adoção de políticas e procedimentos de integridade, com vistas a criar um ambiente institucional íntegro e prevenir o envolvimento da instituição, de seus colaboradores ou gestores em atos lesivos contra a própria instituição e contra a administração pública.

No ambiente corporativo, a integridade tem por objetivo adicionar princípios éticos e de transparência ao conjunto de regras e procedimentos gerenciais, administrativos e operacionais da organização, a fim de implantar uma cultura ética organizacional, de maior transparência, justiça e responsabilidade, de forma que todas as suas decisões e comportamentos estejam alinhadas com esse conceito.

Assim, a ECOS possui um Programa de Integridade que viabilizou a aplicação do conceito de integridade corporativa em nosso ambiente organizacional, o que demandou o estabelecimento de um conjunto de princípios e valores, aliado a regras e procedimentos internos, que serve de guia para orientar a atuação e o comportamento de todos os colaboradores e dirigentes, tanto no âmbito interno, quanto na relação com clientes, parceiros, órgãos públicos e outros. Esse conjunto de medidas, alicerçadas a princípios éticos, visa o combate e a prevenção de irregularidades, a prática de atos lesivos e os desvios de comportamento, dando origem ao Manual de Compliance e ao Programa de Integridade da Espaço, Cidadania e Oportunidades Sociais.

Por meio deste manual, a ECOS se posiciona no Terceiro Setor, diante de seus colaboradores, voluntários, órgãos públicos, instituições parceiras e cidadãos, demonstrando seus valores, responsabilidades e atenção a quaisquer fragilidades ou fatos irregulares, com diversos canais de comunicação disponíveis para tratamento de situações indesejadas.

1.4 Participação em Fóruns, Redes, Conselhos e reconhecimento das práticas desenvolvidas pela ECOS

Somos uma instituição de reconhecimento nacional, que atua de forma direta na participação em Conselhos de Direitos:

- Ministério do Trabalho e Previdência – Declaração de Habilitação Qualificadora para Programa de aprendizagem – Jovem Aprendiz;
- Conselho Nacional de Assistência Social – Registro n.º 0472/2002;
- Conselho Municipal de Assistência Social – Inscrição nº 239;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Registro nº 02/304/517;
- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – Registro nº 269/2022.
- Membro do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CEPOPD)

Desde sua fundação, a ECOS adquiriu os seguintes títulos, certificados,

Avenida das Américas, 8445 sala 1218 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.539.959/0001-25 - Telefone: 2517-3314 / (21)97940-4433
e-mail: gerenciatecnica.ecos@gmail.com site: <http://ecosbrasil.org>

reconhecimentos e qualificações:

- Moção de Louvor pelos serviços prestados em defesa da cidadania de pessoas com deficiência, 2002;
- Título de Utilidade Pública Estadual, concedido pela Lei Estadual 4073, de 06 de janeiro de 2003;
- Título de Utilidade Pública Federal, concedido pela Lei Municipal nº 3706, de 12 de dezembro de 2003.
- Certificado de Utilidade Pública Federal, concedido pela Portaria nº 1425, 29 de julho de 2005;
- Ato Declaratório de Reconhecimento de Isenção de Contribuições Sociais nº 4517301000/003/2007;
- Qualificação de Organização Social na área de Esporte, no Município do Rio de Janeiro, concedida mediante Deliberação COQUALI nº 56, de 22 de dezembro de 2011;
- Qualificação como Instituição Formadora de Jovem Aprendiz pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2014.

Temos também o reconhecimento dos trabalhos realizados com principais parceiros:

- Ministério do Esporte (2010);
- Secretaria Municipal de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro (2010);
- Secretaria Municipal de Esportes e Lazer da Cidade do Rio de Janeiro (2012);
- Secretaria Estadual de Esportes e Lazer do Estado do Rio de Janeiro (2013);
- Secretaria Municipal de Cultura da Cidade de Niterói (2014);
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (2014);
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/RJ (2014);
- Movimento Down (2014);
- Petrobras (2014);
- Fundação de Artes de Niterói (2015);

- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Município do Rio de Janeiro (2016);
- Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (2017);
- Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Niterói (2019);
- Secretaria de Economia Solidária de Maricá (2020);
- Instituto IDIS/AVON (Desde 2020);
- Instituto GPA – Grupo Pão de Açúcar (Desde 2020);
- Instituto Cooperfort (2022).

1.5 Descrição das atividades atuais

A ECOS tem em seu escopo de atuação a perspectiva do trabalho intersetorial. Em nossos diversos projetos, realizamos um trabalho articulado aos serviços do território, sejam eles da rede pública ou privada, tendo como principal objetivo incorporar a garantia do direito ao usuário, numa perspectiva integral. Dessa forma, compreendemos que o trabalho conjunto, realizado de forma articulada e integrada, além de contribuir para a troca de saberes, proporciona uma solução ao considerar a totalidade das demandas e necessidades do usuário, garantindo que não sejam tratadas de forma fragmentada.

Nessa perspectiva, temos uma relação direta com as diversas Secretarias de Assistência Social e Direitos Humanos através da rede local de serviços públicos socioassistenciais e intersetoriais. Abaixo, relacionamos os contratos mais recentes com a nossa instituição, ainda em vigência, em parceria com diferentes instituições (públicas ou privadas). Ao apresentar esta capilaridade de projetos demonstramos nossa capacidade gerencial em organizar, executar e monitorar serviços públicos de forma qualitativa.

Junto à prefeitura do Município do Rio de Janeiro:

- **Gestão do Programa Mulher Cidadã com a SPM (2022);**
- Gestão do Projeto C.A.S.A. com a SMESQV-RJ (2022);
- **Gestão do Projeto Rio em Forma III com a SMEL (2021);**
- Cogestão dos 19 Conselhos Tutelares do Município do Rio de Janeiro (desde 2019);
- Gestão da Vila Olímpica Arthur da Távola com a SMEL (desde 2019);
- Gestão do Parque da Vizinhança de Ramos com a SMEL (desde 2019);
- Cogestão do Centro Municipal de Referência para Pessoas com Deficiência - Irajá (desde 2020);

Junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro:

- Abrigo Cristo Redentor para pessoas idosas (desde 2020).

Junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre - RS:

- Pracinha da Cultura – Restinga (Desde 2022)
- Pracinha da Cultura - Lomba Pinheiro (Desde 2022)

Junto à Prefeitura do Município de Niterói:

- Cogestão do Complexo Esportivo do Barreto (desde 2019);
- Acolhimento Institucional de Idosos a partir de 60 anos (desde 2019);
- Serviço Especializado em Abordagem Social (desde 2019);
- Serviços Técnicos Contínuos para a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (desde 2019);
- Niterói Esporte e Cidadania (desde 2022);
- **Centro de Convivência Capim Melado (desde 2021);**
- **CEU de Jurujuba (desde 2022).**

Junto à Prefeitura do Município de Maricá:

- Casa do Autista e Centro de Reabilitação de Maricá (Desde 2020);
- **Projeto Habitação Maricá (Desde 2021)**

Junto à Institutos, Universidades, Fundações e Organizações Nacionais e Internacionais

- Programa EAD/SEJA DIGITAL (criada conforme determinação da ANATEL);
- UFF Futebol Nacional (desde 2021);
- Instituto IDIS/AVON (desde 2020);
- Instituto GPA – Grupo Pão de Açúcar (desde 2020);
- **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD BRA/18/024 (desde 2021);**
- Association Passerelle France Brésil & Solidarités Lusophones (desde 2021).
- **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD BRA/15/009 (desde 2022)**

1.6 Recursos institucionais

1.6.1 Infraestrutura de apoio para o projeto

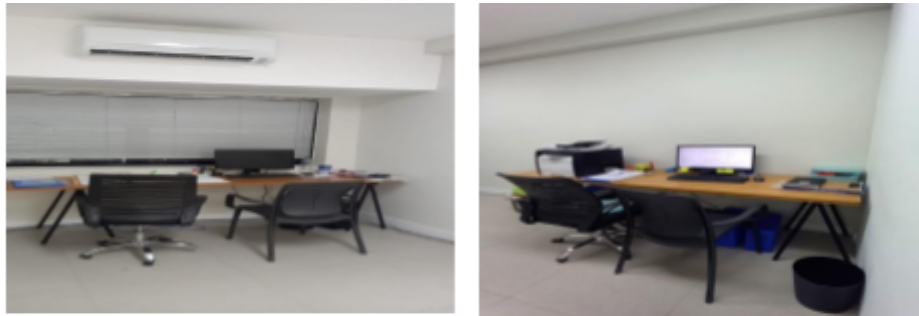
A sede fiscal e jurídica da ECOS se situa na Avenida das Américas, na Barra da Tijuca - Rio de Janeiro, no edifício Barra Tower Offices. Esse espaço conta com uma ante sala que serve como recepção e sala de espera para 6 pessoas, uma sala de reunião e trabalhos coletivos para até 12 pessoas e um escritório privativo totalizando três espaços independentes, além de uma copa para refeição e um banheiro. Esta estrutura também conta com 4 mesas de trabalho, uma mesa de reunião, bem como 21 cadeiras, 4 computadores completos e 3 computadores portáteis, 2 impressoras multifuncionais, conexão de internet de alta velocidade, um servidor de arquivos, duas linhas telefônicas, além de armários e estantes para organização de arquivos e documentos. Na copa, um microondas, uma geladeira e uma cafeteira. A estrutura conta com portaria 24h e estacionamento no local. Além de sua sede administrativa a ECOS possui espaços de trabalho em alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro:



Sede Administrativa na Barra

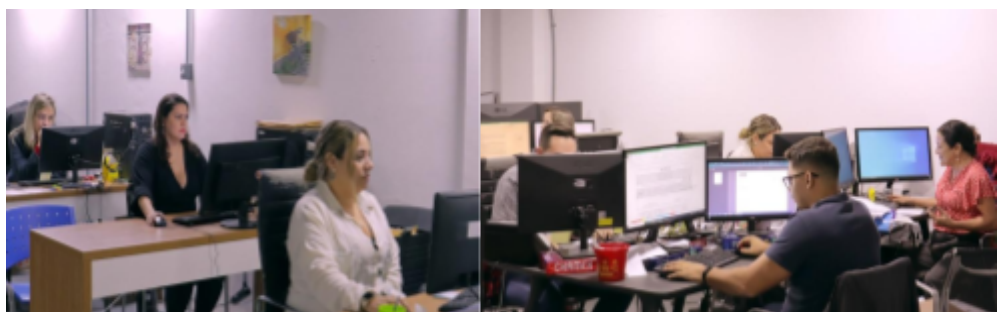
- **Centro/Rio de Janeiro**

Temos um espaço localizado na Rua da Alfândega, 115 - sala 1003. O espaço possui 30m², é utilizado para atendimento aos funcionários e reuniões de equipe, com banheiro e duas salas equipadas com mesas, cadeiras e computadores. Nesse local também são realizadas as admissões, homologações, entrega de benefícios e atendimento em geral referente a dúvidas dos funcionários.



Escritório da ECOS no Centro do Rio de Janeiro

Além dos espaços no município do Rio de Janeiro, a ECOS possui dois espaços no município de Niterói. No primeiro, localizado no Plaza Shopping, trabalham a gestão técnica dos projetos, o departamento de prestação de contas, o departamento de secretariado e o departamento financeiro. Este espaço conta com seis espaços de trabalho e mais dois espaço de convivência, contendo no total 30 estações de trabalho, com 30 computadores de mesa e 8 portáteis, 6 impressoras/scanners, 23 mesas e cadeiras; armários e estantes para organização de arquivos e documentos, um servidor de arquivos, um servidor de domínio (interligando todos os escritórios da ECOS no RJ), internet wireless com link dedicado de altíssima velocidade, duas linhas telefônicas fixas + 27 linhas telefônicas móveis e 27 celulares de trabalho para a equipe de gestão.



Fotos Escritório em Niterói

No espaço também há, para uso compartilhado, um auditório para reuniões, palestras e dinâmicas para até 50 pessoas, três salas de reunião de 4 até 12 pessoas, uma sala de recepção, um espaço com cafeteria e lanchonete com geladeira. A estrutura conta com portaria e estacionamento e fica instalada em um shopping center, funcionando de segunda a domingo. O espaço conta ainda com a sala gráfica, com equipamentos de alta qualidade (Impressoras multifuncionais a laser preto e branco e colorido, Duplicador digital, guilhotina, refiladora, perfuradora e plastificadora) para a produção de materiais em grande escala, o que apoia os diversos projetos alocados no Estado do Rio de Janeiro.

Avenida das Américas, 8445 sala 1218 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 02.539.959/0001-25 - Telefone: 2517-3314 / (21)97940-4433

e-mail: gerenciatecnica.ecos@gmail.com site: <http://ecosbrasil.org>

Outro espaço de fundamental importância para integrar a capacidade operacional da ECOS no município de Niterói é o espaço onde está localizado o departamento pessoal do município. Este espaço, próprio para o atendimento dos profissionais contratados, está localizado em um ponto estratégico no centro de Niterói e tem o seu funcionamento de 8h às 17h, de segunda a sexta-feira. Neste espaço, profissionais qualificados estão disponíveis diariamente para atendimentos relacionados à área de Departamento Pessoal a todos os funcionários da ECOS.

Segue abaixo algumas ferramentas de gestão e equipamentos disponíveis para esse trabalho:

Ferramentas de Gestão		Sim	Não
Rede de Informática		X	
Acesso à Internet		X	
Sistemas de Gestão Contábil (Nasajon)		X	
Informações constantes no <i>site</i> (inclusive dos demonstrativos financeiros)		X	
Sistema Trello para gestão dos projetos		X	
Itens	Modelo/Ano de Aquisição	Quantidade	
Computadores	Notebook (2016-2020)	49	
Impressoras	Canon/HP Deskjet (2012-2020)	16	
Bebedouro	Soft Everest (2017)	5	
Ar Condicionado	Spinger (2018)	12	
Mesas	Mesa de escritório (2016-2020)	47	
Arquivos	Arquivo documentos (2016-2019)	34	
Cadeiras	Cadeiras de escritório (2016-2019)	94	

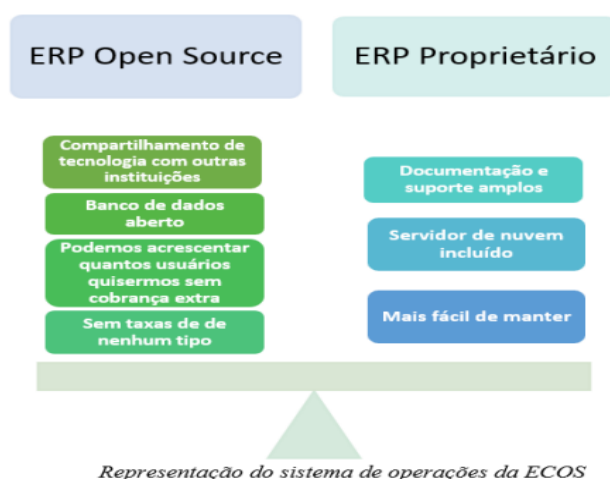
Além dos equipamentos supracitados, temos uma frota com **46 carros populares, uma minivan e uma van de passageiros** para uso nos projetos no Rio de Janeiro. Toda a infraestrutura e equipamentos apresentados serão oferecidos para qualificar nosso trabalho. **Além disso, a ECOS tem o plano de expandir o seu espaço de atendimento a qualquer município para facilitar a execução do trabalho realizado, caso seja necessário.**

1.6.2 Gestão financeira e administrativa da ECOS

Nosso sistema organizacional envolve um Conselho de Administração que atua diretamente na deliberação de normas e procedimentos internos. Além disso, possuímos uma política de gestão de contratação de serviços e compras, através do seu REGULAMENTO DE

COMPRAS, CONTRATAÇÕES E ALIENAÇÕES DE SERVIÇOS, que se rege pelos princípios básicos da moralidade, probidade, economicidade e a busca permanente de qualidade e durabilidade, bem como pelo respeito de sua adequação aos seus objetivos. A gestão de pessoal é feita com o software de gestão integrada Nasajon Integratto. O que nos permite um maior acompanhamento e controle da rotina de pessoal, com automações de ponto e afins, garantindo uma maior eficiência e eficácia na gestão. A gestão financeira utiliza a suíte Paiva Piovesan (Business V20, Finance V20, Next Finance), onde é feito o controle de despesas e contas a pagar, conciliação bancária, cadastro de fornecedores e organização de documentos para prestação de contas. A gestão de estoque, ordens de serviço, organização interna e afins são feitas através do ERP em nuvem Oracle NetSuite, que possui diversas ferramentas de acompanhamento e controle. A gestão de tarefas das equipes é feita através do aplicativo Trello, que permite melhor acompanhamento de ações, tarefas e unificação da comunicação intra-equipes. As redes dos escritórios são interligadas através de VPN e o backup dos arquivos é feito na nuvem através de Google Drive e Dropbox empresariais. A Instituição possui serviço externo de auditoria administrativa e contábil oferecendo maior transparência nos seus relatórios financeiros, além de contratar uma empresa especializada para a realização do Programa de Monitoramento e Avaliação, que desenvolve relatórios de gestão relacionados ao nível de satisfação dos usuários atendidos pelos programas sociais desenvolvidos. Há, também, a publicação do seu demonstrativo financeiro e demais relatórios orçamentários através do site e demais meios de comunicação.

A ECOS Utiliza em suas operações o ERP OpenSource ODOO.




A figura acima resume as ponderações que fizemos ao decidir implementar em nossas operações um ERP OpenSource. Uma das principais vantagens é ter amplo acesso ao banco de dados do ERP, sem necessidade de pagar taxas extras e risco de restrição de acesso aos dados

em nuvem. Como os módulos de CRM e de operações serão implantados em versões especiais para este projeto podemos afirmar que a sistemática de monitoramento e armazenamento de dados é a tática de modelar e implantar os processos do projeto no ODOO e com isso ganhar automaticamente um Banco de dados que pode ser acessado e plugado pelas mais diversas fontes para produzir os relatórios desejados.

Temos um servidor em nuvem exclusivo e nossa afiliação com a iniciativa TechSoup permite acesso a serviços de computação em nuvem de 1a linha com preços muito reduzidos. O banco de dados escolhido é o PostGreSQL, também *opensource* e amplamente testados por organizações de todos os portes. Mais informações sobre o ODOO podem ser obtidas na página http://www.odoo.com/pt_BR/

A Instituição possui ainda serviço externo de auditoria administrativa e contábil oferecendo maior transparência nos seus relatórios financeiros, além de contratar uma empresa especializada para a realização do Programa de Monitoramento e Avaliação, que desenvolve relatórios de gestão relacionados ao nível de satisfação dos usuários atendidos pelos programas sociais desenvolvidos. Há, também, a publicação do seu demonstrativo financeiro e demais relatórios orçamentários através do site e demais meios de comunicação.

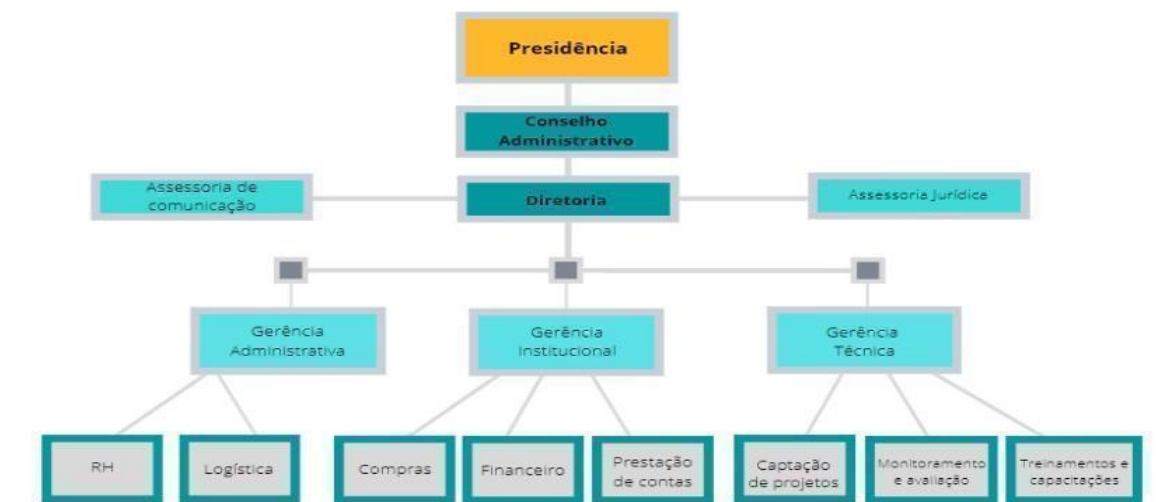
Cabe ressaltar que a ECOS tem chancela internacional em análise da Micro Assessment em concordância com o contrato assinado entre ECOS, the United Nations Development Programme "UNDP" and BDO Jordan:



7b. Contract Management - To be completed only for the IP's managing practice as part of programme implementation. Otherwise select N/A for total risk score.					
7.17 Are there personnel specifically designated to manage contracts or monitor contract expirations?	Yes		Low	1	Financial Director - Bruno Grain CV is still missing. They did provide the signed job descriptions for the procurement department.
7.18 Are there staff designated to monitor expiration of performance securities, warranties, liquidated damages and other risk management instruments?	Yes		Low	1	Financial Director - Bruno Grain CV is still missing. They did provide the signed job descriptions for the procurement department.
7.19 Does the IP have a policy on post-facto actions on contracts?					I am not sure their answer is relevant for this question, please advise.
	Yes		Low	1	Pages 31, 32 and 46 of our Compliance Manual establish the cases of non-compliance, the penalties for not adopting our rules; and what to do in the event of a breach on our Integrity Program. "The violation of the ethical principles described in this Code of Conduct, which causes material or immaterial damage to ECOS and its employees, will result in disciplinary actions that may result in the employee's dismissal, the termination of a contract signed with a third party, the removal of the Director or the Counselor, without prejudice to the applicable legal measures".
7.20 How frequent do post-facto contract actions occur?					I am not sure their answer is relevant for this question, please advise.
	Yes		Low	1	On page 32 of the ECOS Compliance Manual, item 9.2.1, we mention two cases of penalties that occurred in 2019 in the state of Paraíba.
Total number of questions in subject area:				20	
Total number of applicable questions in subject area:				19	
Total number of applicable key questions in subject area:				4	
Risk score				4,33333333	
Area risk rating				Low	
Totals					
Total number of questions:				90	
Total number of applicable questions:				77	
Total number of applicable key questions:				21	
Total risk score				4,33333332	
Overall risk rating				Low	

1.6.3 Equipe técnica e administrativa

A ECOS possui muitos colaboradores por todo Brasil, equipe essa multidisciplinar, técnica e operacional. Há constante empenho em promover e dar visibilidade ao retorno do investimento social. **Segue abaixo o organograma da equipe da ECOS e funções de cada setor que estará disponível para o funcionamento desse Projeto:**



São funções da Gerência Administrativa:

- Organizar e gerenciar os processos de contratação, demissão, benefícios e gestão de pessoas;
- Dar suporte e subsidiar a coordenação de prestação de contas com informações de pessoal;
- Dar suporte aos projetos no controle de pessoal e procedimentos técnicos da área;
- Operar e organizar a frota de carros da ECOS.

São funções da Gerência Institucional:

- Promover a interlocução entre os setores internos da ECOS;
- Organizar e executar as prestações de contas;
- Organizar e executar os fluxos de caixa dos projetos;
- Realizar articulações institucionais;
- Autorizar a realização de compras após procedimentos realizados pelo setor.

São funções da Gerência Técnica:

- Elaborar projetos de captação;
- Definir indicadores de gestão;
- Desenvolver Planos de Trabalho;
- Implementar Projetos;
- Monitorar as ações dos Projetos;
- Elaborar Relatórios de Gestão;

- Avaliar processos e resultados;
- Planejar e executar capacitações.

Possuímos equipe técnica e administrativa própria, formada por profissionais qualificados para atuarem nas diversas frentes de trabalho, contribuindo para a qualidade do trabalho oferecido na cogestão, além da equipe própria que dá suporte aos processos administrativos e operacionais. Abaixo apresentamos a equipe fixa da ECOS, formação dos profissionais, tempo de experiência, natureza do vínculo e carga horária de nossos colaboradores. **Todos os integrantes contribuem nos diversos processos necessários para a execução do projeto de forma qualificada e intersetorial.**

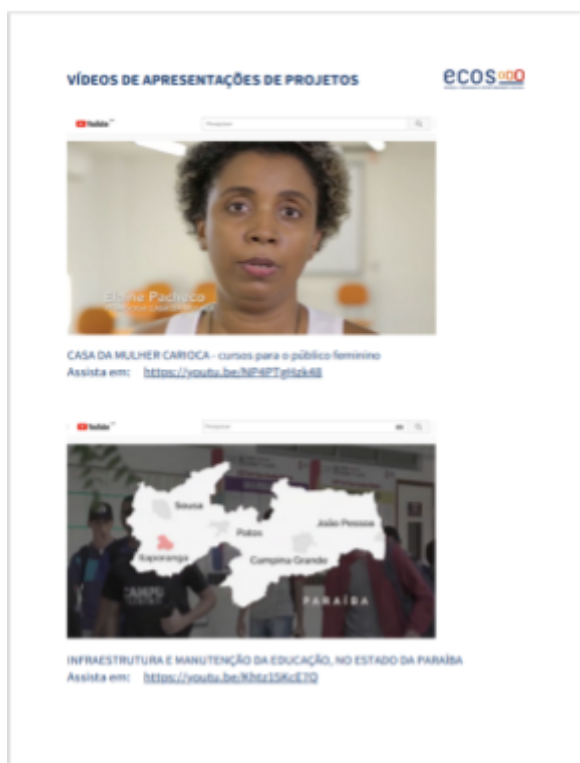
Função na ECOS	Nome do Profissional	Formação Escolar e Formação Específica	Tempo de Experiência
Gerência administrativa	Vitor Figueiredo	Administração	8 anos
Gerência de projetos	Vivian Esther Mesterman Bilhim	Psicologia /Pós-graduação /Mestrado	22 anos
Coordenação técnica	Eliane Figueiredo	Serviço Social / Mestrado/ Doutoranda	15 anos
Supervisão técnica	Luciana Vieira	Serviço social/Pedagogia/ Pós graduada/ Mestrado	15 anos
Supervisão Técnica	Carlos de Castro Luz	Psicologia/Mestrado	14 anos
Equipe técnica	Pablo Botelho	Educação Física	7 anos
Equipe técnica	Maria Clara Souza	Serviço Social / Mestranda	5 anos
Equipe técnica	Hellen Souza	Serviço Social	4 anos
Equipe Técnica	Carolina Stavale	Ciência Política / Mestranda	4 anos
Equipe Técnica	Yasmin Mota	Serviço Social	1 ano
Equipe Técnica	Juliana Russo	Serviço Social	2 meses
Equipe Técnica	Hugo César	Psicologia	4 anos
Supervisora de Logística	Lais Priscila de Souza Vieira	Produção Cultural Administração Pública	7 anos
Dep. Pessoal	Luciana Tourinho	Ciências Contábeis MBA Gestão de Pessoas	8 anos
Dep. Pessoal	Marcelo Gomes Machado	Nível médio	4 anos
Analista de Sistemas	Caio Rocha	Técnico em TI	4 anos
Dep. RH	Paula Teixeira	Gestão de Recursos Humanos	6 anos
Financeiro	Carlos Chamberlain	Contabilidade	20 anos
Financeiro	Matheus Machado Lima	Ciências Contábeis e Econômicas	8 anos
Prestação de contas	Fernanda Souza	Administração	8 anos
Prestação de Contas	Kelly Vieira	Técnico em DP	8 anos

Prestação de contas	Karina Vasconcellos	Administração	10 anos
Jurídico	Ana Vargas	Direito	16 anos
Comunicação	Priscilla Keller	Marketing e comunicação	9 anos

1.6.4 Comunicação social e a utilização de ferramentas digitais

Outro recurso valioso para contribuir com os Projetos Sociais da ECOS é a sua equipe de comunicação social e as ferramentas digitais utilizadas pela instituição.





1.7. Responsável técnico

Vivian Esther Mesterman Bilhim

Formação:

- Mestrado - Avaliação de Programas Sociais – Fundação Cesgranrio – Formação em 2010
- Pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos (Instituto Superior de Estudos Pedagógicos) – Formação em 2001.
- MBA em Gestão Estratégica - Fundação Getúlio Vargas. Formação em 2000.
- Formação em grafologia e psicodiagnóstico – CEPA. 2000
- Formação em Gestores Sociais – Brazil Foundation 2012.
- Especialização em Psicodiagnóstico Infantil – UERJ – Formação em 1998.
- Formação em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá – Formação em 1997

Qualificações

Experiência de mais de 20 anos no terceiro setor, atuando como gerente de projetos na elaboração, monitoramento e avaliação de projetos sociais, com enfoque na defesa e garantia de direitos da população em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Responsável pela gestão de mais de 50 projetos nas áreas da educação, qualificação profissional, sustentabilidade, cultura, assistência social, esporte e lazer, inclusão digital e saúde. Elaboração, monitoramento e avaliação de projetos aprovados pelos institutos Desiderata, Dýnamo, Companheiros das Américas, **Petrobrás**, Tele-centro Banco do Brasil, Instituto Santander, CECIP, Fundação Van Leer, ABC Trust, Oi Futuro, Secretaria Estadual de Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, CMDCA, dentre outros. Elaboração de projeto premiado pelo Itaú Unicef. **Convidada para compor a mesa de palestrantes da abertura de projetos sociais da Petrobrás em 2011. Convidada para compor a equipe de avaliadores de projetos sociais da Petrobrás 2012.** Gerenciou durante 14 anos a instituição Inatos desenvolvendo projetos na área da educação (creches SME/Projetos de complementação escolar), cultura (Centro Cultural da Criança – Ponto de Cultura/ Macaco-Cine/Cidade das Crianças), assistência social, fazendo acompanhamento da cogestão das Centrais de Acolhimento de crianças, adolescentes e idosos, (Taiguara, Carioca, Floriano de Lemos, Ayrton Senna, Abrigo de Paciência, outros), **sustentabilidade (projeto LIMPAR – Lixo Movimentando Produção Arte e Renda)**, esporte e lazer (Vilas Olímpicas – SMEL), inclusão digital (telecentro BB, EAD/Seja Digital), qualificação profissional (jovem aprendiz/CMDCA), saúde (Hospital Belford Roxo). Gerenciou a organização EAD/SEJA DIGITAL, atuando como gerente regional do estado do Rio de Janeiro e porta-voz da organização, implementando ações de mobilização social e comunicação, direcionadas para as famílias

Avenida das Américas, 8445 sala 1218 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 02.539.959/0001-25 - Telefone: 2517-3314 / (21)97940-4433

e-mail: gerenciatecnica.ecos@gmail.com site: <http://ecosbrasil.org>

beneficiárias dos programas sociais do Governo Federal, com objetivo de promover a mudança do sinal analógico para digital em todos os municípios do estado do Rio de Janeiro.

1. CONHECIMENTO DO PROBLEMA

De acordo com o Programa das Nações Unidas (PNUD), nos últimos anos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) sofreu uma queda global, considerando fatores agravantes como guerras, crises humanitárias, tragédias ambientais, assim como a pandemia mundial de Covid-19, afetaram de forma contínua a realidade da população mundial. O **Relatório do Desenvolvimento Humano**, aponta que pelo menos 90% dos países sofreram uma queda na pontuação do IDH, ocasionando assim um efeito de retrocesso no ideário do desenvolvimento mundial. (PNUD,2023)

A influências dos fatores apresentados somadas a realidade de desigualdade social vivenciada na América Latina, como exemplo, sacrificam ainda mais a possibilidade de uma qualidade de vida digna no território. No caso do Brasil, no ano de 2020 o país ocupava a 86ª posição mundial dos países com IDH considerado elevado. Já no ano de 2021, o país sofreu uma queda para a 87ª posição, indicando um IDH de 0,754. Cabe mencionar que este índice identifica os parâmetros de saúde, educação e renda para medir o grau de desenvolvimento de cada país. Apesar do índice, as contradições existentes na sociedade brasileira e as desigualdades sociais atenuantes não representam o melhor cenário.

A proposta aqui levantada, apresenta a necessidade de um olhar diferenciado e atual para as formas de organização territorial da cidade, considerando que é possível encontrar, em determinadas regiões, alguns bairros com altos índices de desenvolvimento e acesso a políticas públicas, ao mesmo tempo comunidades que vivenciam o abandono governamental.

Este fenômeno de contradições tem origens antecedentes à história do desenvolvimento da própria cidade, como por exemplo o período do Brasil Colonial e a exploração escravista no território. Além disso, práticas consideradas higienistas, que tinham o objetivo de afastar a população mais pobre, como imigrantes e ex-escravos, das áreas centrais da cidade contribuíram efetivamente para o aumento de ocupações irregulares, visto que a única opção era ocupar bairros mais afastados ou permanecer de forma irregular.

Por definição, os territórios com essas características são apontados como Aglomerados Subnormais, enquanto locais ocupados de forma irregular, podendo ser públicos ou privados, sendo em grande parte das situações ocupados para habitação nas grandes cidades. Essas ocupações irregulares também são conhecidas como favelas, comunidades entre outras

nomenclaturas¹(IBGE). No processo de identificação e formalização das favelas também são considerados fatores socioeconômicos e o grau de acesso a bens e serviços públicos.²

Neste sentido, estados e municípios dedicam-se a repensar formas de trabalhar pela construção de políticas públicas realmente efetivas, contribuindo para a diminuição das desigualdades nas comunidades. Na cidade do Rio de Janeiro, a partir da atuação da Secretaria de Ação Comunitária (SEAC-Rio), o então Programa Favela com Dignidade relaciona-se diretamente com este compromisso, a partir do incentivo à participação popular durante todo o processo. Constatando que **a participação popular é o combustível para a transformação da realidade social.**

Dados estatísticos relacionados a desigualdade social

Como forma de direcionar as ações conjuntas para as áreas de interesse, a proposta se debruça a observar os territórios da cidade com baixo Índice de Desenvolvimento Social (IDS), onde a população residente encontra-se em situação de pobreza ou extrema pobreza. Além disso, consideramos o Índice de Progresso Social da Cidade do Rio de Janeiro (IPS-Rio), que é desenvolvido a partir de uma análise de indicadores socioambientais, como as necessidades humanas básicas, os fundamentos do bem-estar e as oportunidades, reforçando que o acesso às políticas públicas deve ser pensado de forma integral, para além das necessidades básicas, pensando o desenvolvimento pleno dos indivíduos na sociedade.

Na análise do IDS, elaborado pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), é possível perceber a diferença nos índices entre as principais regiões da cidade, para fins de comparação tomamos como referência a RP 2.1 (Zona Sul) com um IDS geral elevado de 0,722, na mesma região temos o bairro da Lagoa, com um IDS ainda maior de 0,819. Por outro lado é possível observar a discrepância, com a RP 5.4 (Guaratiba) com um IDS de 0,493. Os cálculos do IDS levam em conta 10 indicadores, considerando a renda, escolaridade, saneamento básico, entre outros.³

Em relação ao IPS, no ano de 2022 a cidade atingiu uma nota geral de 64,34, as notas relacionadas aos indicadores de necessidades humanas básicas (85,04), fundamentos do bem-estar (43,97) e oportunidades (64,01). No ranking dos bairros, a Barra da Tijuca ocupa o

¹ IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Aglomerados Subnormais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

² <https://sabren-pcrj.hub.arcgis.com/>

³ Disponibilizamos uma tabela demonstrativa do IDS com as 5 Áreas de Planejamento (AP) da cidade, em foco nas regiões de planejamento, a tabela está no item 4 da proposta.

1º lugar com uma nota de 79,29, já a Cidade Nova ocupa o 158º lugar com a nota mais baixa de 50,43. Reforçando as contradições relatadas anteriormente, apesar da localização mais na cidade, o bairro da Cidade Nova enfrenta altos índices de desigualdade social.



Fonte: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2022

Para complementar, de acordo com o Data Rio⁴ (IPP, 2019), em relação a habitação e urbanismo, atualmente há cerca de 1.074 favelas na cidade, já a população nestes territórios atinge o número de 1.434.975 habitantes, considerando um percentual de 22% da população total. Observando que existem pela cidade ocupações irregulares mais recentes, é possível mensurar que nos próximos anos este número aumente de forma substancial.

De modo geral, os índices retratam uma realidade de contradições na cidade, confirmando o avanço das desigualdades, e a baixa oferta de oportunidades para territórios menos desenvolvidos. Partindo deste princípio, não é possível esperar bons resultados sem possibilitar uma melhora efetiva na qualidade de vida da população desses territórios. Assim, se faz necessária a oferta de programas que considerem a comunidade enquanto um território diverso, ocupado por cidadãos que possuem necessidades coletivas e individuais, tal como a proposta do Projeto Favela com dignidade.

O planejamento de ações conjuntas em comunidades com este perfil, deve considerar não só a melhora na qualidade de vida e as principais necessidades humanas, quanto o incentivo a autonomia e conscientização social, além do acesso às políticas públicas que incentivem a inserção no mercado de trabalho e a geração de renda, a educação, a cultura e o lazer como direitos sociais. Neste sentido, a partir da presente proposta, a ECOS se dispõe a trabalhar pela materialização do programa Favela com Dignidade, em atuação conjunta com a SEAC, lideranças comunitárias e de movimentos sociais, órgãos públicos e secretarias da

⁴O documento foi elaborado a partir do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP, considerando os dados disponibilizados pelo IBGE e diversos órgãos públicos e secretarias nacionais e internacionais. Disponível em: <https://www.data.rio/pages/rio-em-sntese-2>.

cidade do Rio de Janeiro, a fim de planejar e desenvolver e executar ações integradas que promovam o acesso efetivo das comunidades às políticas públicas de qualidade.

1.1 Conhecimento sobre as políticas setoriais contidas no Plano de Trabalho

- **INTERNACIONAIS**

Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, sendo uma das referências mais antigas para o trabalho relacionada a defesa da dignidade humana e a garantia dos direitos sociais. A DUDH é fundamentada nos princípios da **liberdade, justiça e paz mundial**. Destaca-se o art. 25º, onde são apontados os principais para uma qualidade de vida digna, como o bem estar, alimentação, habitação, e a proteção social.

Os direitos humanos são direitos ligados a todos os seres humanos, independentemente de religião, opção política, raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, ou qualquer outra condição. Tal direito é concedido a todos, sem qualquer possibilidade de discriminação, estando em consonância com os diferentes contextos sócio-econômicos, políticos e culturais que influenciam na questão dos direitos humanos.

O grande avanço se deu a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos(1948), que resultou numa representação política e de direitos individuais e coletivos a todos os seres humanos. Essa Declaração, resultou em preceitos éticos universais, estimulando diversas alterações nas legislações dos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), assim como na celebração de tratados e convenções entre Estados com o fim de resguardar tais direitos.

De acordo com o contexto histórico em que apareceu, foi elaborada uma classificação denominada de "gerações de direitos". Esta distribui os direitos humanos em: primeira geração (liberdade), segunda geração (igualdade) e terceira geração (fraternidade)(Vlajak,1984)⁵.

⁵VASAK, Karel. **Las dimensiones internacionales de los derechos humanos**. Vol. 1. Barcelona: Serbal/UNESCO, 1984.

Os Direitos humanos de primeira geração estão associados aos eventos do final do século XVIII, principalmente a independência dos Estados Unidos e criação de sua constituição, em 1787 – e à Revolução Francesa, em 1789. O marco histórico desta geração é a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, com a ideia principal da liberdade individual, centrada nos direitos civis e políticos. Direitos estes que só seriam conquistados a partir da abstenção do controle do Estado, visto que a ação deste afeta a liberdade do indivíduo.

Os Direitos Humanos de segunda geração surgiram após a Primeira Guerra Mundial, fortalecendo a concepção de Estado de Bem-Estar Social. Nesse cenário, o Estado atua na garantia de direitos de oportunidade iguais a todos os cidadãos. Estão relacionados ao conceito de igualdade e a obrigação do Estado em garantir os direitos sociais, econômicos e culturais, imprescindíveis à possibilidade de uma vida digna.

Os Direitos humanos de terceira geração tem origem nos anos 1960, são pautados pelo ideal de fraternidade ou solidariedade, sua principal preocupação são os direitos difusos e coletivos.

Para além das três gerações, que não possuem unanimidade na literatura entre os estudiosos, poderíamos falar de mais duas gerações. A “geração dos direitos da bioética e da informática” concebida no século XX como resultado da globalização dos direitos políticos. E a “geração Direitos Humanos das mulheres” que visa os diversos instrumentos para a proteção e a expansão de seus direitos por meio da ratificação de planos, acordos e tratados.

Pacto Internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais

Como mais uma iniciativa liderada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o pacto entra em vigor em 1976. O acordo, assim como a DUDH, defende a dignidade humana a partir da liberdade, justiça e a paz mundial. Entrando em vigor no Brasil apenas em 06 de julho de 1992, a partir do Decreto nº 591. Como exemplo da efetividade do acordo, as campanhas mundiais em **defesa do direito humano à alimentação adequada** possuem origem nessa iniciativa, partindo da defesa do direito à alimentação no art. 11º do documento.

- **FEDERAIS**

Constituição Federal de 1988

A constituição de 1988 representa um marco no que tange a conquista de direitos à população brasileira na contemporaneidade. Seja pelos direitos fundamentais, sociais, entre

outros, a carta magna simboliza um avanço no reconhecimento de direitos, porque se avança a partir da perspectiva de um "mínimo existencial". Sendo reconhecida também como constituição cidadã, representa uma das maiores conquistas da população brasileira em relação ao direito à cidadania, a partir da definição da participação social enquanto um direito. Destacando os direitos sociais como disposto no art. 6º, relacionados à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, entre outros. (BRASIL, 1988)

A análise das Constituições Brasileiras são um ótimo exemplo para entender a evolução dos direitos humanos em nosso país . A primeira constituição foi elaborada no período colonial, a partir da vinda da família real para o Brasil em 1824 ainda numa época onde existia a escravidão. Dito isto, já fica claro que as diretrizes e garantias de liberdade, da segurança individual e da propriedade eram exclusivas dos homens brancos, ricos e heteros.

Logo após a Proclamação da República foi elaborada a constituição de 1891. Nela houve avanços em relação anterior obviamente por se tratar da primeira constituição republicana, sendo garantido o sufrágio direto nas eleições, mas as mulheres, negros, pobres e analfabetos não tinham direito a votar. Interessante destacar que esta constituição garante o direito à liberdade religiosa, à defesa ampla aos acusados, direito à livre associação e reunião, além de ser a que criou o habeas corpus em casos de violência ou coação por ilegalidade ou abuso de poder.

A constituição de 1934 estabeleceu diversos direitos sociais, mas não durou muito anos com o início do Estado Novo em 1937. Este período foi marcado por retrocessos nos direitos humanos, com o fim da liberdade política, fechamento do congresso e proibição de partidos políticos. Neste período foi elaborada a Constituição de 1937 que criou o Tribunal de Segurança Nacional, onde o governo assumiu o domínio sobre o Poder Judiciário, adotando ações fascistas e autoritárias, censurando os direitos fundamentais dos cidadãos.

Em 1946 passa a vigorar uma nova constituição sendo restaurados e ampliados os direitos e garantias individuais. Entretanto, tais conquistas não sofreram novos atravessamentos com a instauração do Regime Militar em 1964, resultando numa série de violações aos direitos fundamentais. Foi um período marcado por diversas violações de direitos humanos, com cassação dos direitos políticos dos opositores, fechamento do Congresso, extinção dos partidos políticos, assim como a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Com o fim do regime militar e a retomada da democracia, com eleições diretas, há um contexto propício para a consolidação de uma constituição que inserisse no seu

ordenamento jurídico a valorização da pessoa humana. A Constituição Federal de 1988 buscou não só ampliar os direitos individuais e coletivos, como também estabeleceu uma série de direitos fundamentais para os cidadãos a fim de concretizar a democracia.

Segue alguns dos princípios que visam a garantia da **cidadania** e da **dignidade humana** na constituição de 1988:

- Propôs direito de acesso à saúde, à previdência, à assistência social, à educação, à cultura e ao desporto;
- Estabelecimento da política de proteção ao idoso, ao portador de deficiência e aos diversos agrupamentos familiares;
- Orientação de preservação da cultura indígena.
- Igualdade entre gêneros;
- Erradicação da pobreza, da marginalização e das desigualdades sociais;
- Promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, gênero, idade ou cor;
- Racismo como crime imprescritível;
- Reconhecimento de crianças e adolescentes como pessoas em desenvolvimento;

Cadastro único para programas sociais

O Cadastro único, ou CADÚnico, como é conhecido, foi instituído como um valioso instrumento de mapeamento da realidade das famílias brasileiras, sendo sua base de dados utilizada para a formulação e implementação de políticas públicas do governo federal. O decreto nº 11.016 de 29 de março de 2022 regulamenta e reforça sua utilidade. Através da base de dados deste instrumento é possível traçar um perfil da população e direcioná-las para programas sociais que estejam de acordo com suas necessidades. Segue abaixo alguns programas sociais e benefícios mais acessados pela população em situação de vulnerabilidade social a partir do CADÚnico:

- **Programa Bolsa Família;**
- **Tarifa Social de Energia elétrica;**
- **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti);**
- **Programa Minha Casa Minha Vida;**

- **Carteira do Idoso;**
- **Isenção de taxa para concursos públicos;**
- **Programa Passe Livre;**
- **ID Jovem.**

- **INICIATIVAS ESTADUAIS**

LEI COMPLEMENTAR Nº 77, DE 26 DE MAIO DE 1993.

Esta lei, que instituiu no Estado do Rio de Janeiro o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH – previsto no art. 50 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, vinculada à Governadoria do Estado. O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH – terá como atribuição primordial conhecer de qualquer violação a direitos humanos e providenciar a sua reparação

Programa Rio 2030

O programa é uma iniciativa do governo federal pautada no Desenvolvimento Sustentável da cidade, de acordo com os objetivos propostos na Agenda 2030 oficializada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015. A partir do decreto nº 48.532 de 02 de junho de 2023, o programa é instituído no estado do Rio de Janeiro, vinculado à Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade. A seguir destacamos os objetivos do programa:

Art. 2º O Programa Rio2030 tem como objetivos:

I - mobilizar e fortalecer parcerias que possam utilizar conhecimento, experiência, tecnologia e recursos financeiros para o desenvolvimento sustentável;

II - **incentivar a cooperação, tanto no escopo internacional quanto nacional entre órgãos e entes estatais, organismos internacionais, setor privado e sociedade civil;**

III - estabelecer um ecossistema internacional de inovação para o desenvolvimento sustentável no estado do Rio de Janeiro;

IV - estabelecer a Plataforma Rio2030 para formação de uma rede internacional de troca de conhecimento, tecnologia e difusão de práticas relacionadas a Agenda 2030;

V - fomentar o ambiente de cooperação entre os diferentes atores da sociedade, propiciando parcerias público-privada, projetos compartilhados, ecossistemas de inovação e a troca de conhecimento;

VI - estimular o desenvolvimento, retenção e atração de talentos para atuar na economia baseada no desenvolvimento sustentável e na inovação no estado do Rio de Janeiro;

VII - promover projetos e **ações para o desenvolvimento sustentável** a partir de cidades inteligentes baseadas no estabelecimento de áreas urbanas inclusivas, resilientes e sustentáveis;

VIII - fomentar a implantação de polos de inovação em sustentabilidade, economia criativa, negócios de impacto e empreendedorismo;

IX - promover iniciativas que estimulem a atração de investimentos e parcerias público-privadas para o desenvolvimento sustentável;

X - construir um ambiente favorável à implementação das metas referentes às parcerias multissetoriais do ODS 17, cujo escopo central é reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável;

XI - apoiar a Comissão Estadual de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e suas ações.

Plano de Metas Favela Cidadã

Como uma iniciativa de priorizar o desenvolvimento de favelas e comunidades, o Plano de Desenvolvimento, Cidadania e Direitos em territórios de favela foi instituído a partir da lei nº 9.131, em 14 de dezembro de 2020. Em consonância com o planejamento de políticas públicas voltadas para as necessidades do território, direcionadas ações não só para os direitos sociais como assistenciais, de saúde e educação, como também para a arte e cultura, esporte e lazer, inclusão digital e inovação tecnológica.

Programa Supera RJ

A partir de uma iniciativa do Governo do Estado, o programa foi criado como uma das medidas de **enfrentamento às desigualdades** durante a pandemia de covid-19, a partir de lei nº 9.191 de 02 de Março De 2021. Sendo um programa de renda mínima, destinado para pessoas em situação de vulnerabilidade social residentes no Rio de Janeiro, que sejam maiores

Avenida das Américas, 8445 sala 1218 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 02.539.959/0001-25 - Telefone: 2517-3314 / (21)97940-4433

e-mail: gerenciatecnica.ecos@gmail.com site: <http://ecosbrasil.org>

de 18 anos, estejam inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) com uma renda mensal igual ou inferior a R\$ 210,00 e trabalhadores baixa renda que tenham pedido o vínculo empregatício durante o período da pandemia. De acordo com o Governo do Estado, é pago um benefício no valor de R\$200, havendo possibilidades de acréscimos com a inclusão do auxílio gás e um valor adicional por até dois filhos.

LEI Nº 9322 DE 14 DE JUNHO DE 2021.

Institui o programa estadual de proteção aos defensores de direitos humanos, comunicadores sociais e ambientalistas no Estado do Rio de Janeiro – pepddh/rj. O PEPDDH/RJ tem como escopo a articulação e adoção de medidas que visam à proteção e assistência aos Defensores dos Direitos Humanos – DDH –, Comunicadores Sociais e Ambientalistas, que devido à sua atuação em defesa, promoção, reparação de direitos humanos, estejam em situação de risco, vulnerabilidade ou criminalizados.

DECRETO Nº 47.736 DE 24 AGOSTO DE 2021

Regulamenta as leis estaduais nº 8.823/20 e nº 9.302/21, que dispõem sobre a política estadual para a população em situação de rua e vulnerabilidade social do Estado do Rio de Janeiro, e sistematiza a institucionalização, planejamento e controle dessa política pública através do programa RJ para todos, regulamenta esse programa e dá outras providências.

Programa RJ para todos

Este programa é uma recente iniciativa do governo federal para contribuir com o desenvolvimento social, realizando ações socioassistenciais para a população em situação de vulnerabilidade e a população em situação de rua. Os serviços serão voltados para a garantia de acesso aos direitos básicos, como a documentação e a inserção no mercado de trabalho. O programa contribui para a autonomia dos cidadãos, oportunizando o acesso às políticas públicas em todo o estado. A partir da gestão e execução da Secretaria de Estado de Governo - SEGOV, o programa é disposto a partir do decreto nº 47.909 de 03 de janeiro de 2022.

- **INICIATIVAS MUNICIPAIS**

A partir da implantação de programas e projetos como essenciais na estruturação de políticas sociais que contribuam com o acesso da população em situação de vulnerabilidade social, a

cidade do Rio de Janeiro tem investido no desenvolvimento destas ações na cidade, ampliando em diferentes territórios e em diversas frentes.

Política Urbana e Ambiental do Rio de Janeiro e Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Sustentável (2011)

A lei complementar nº111, de 1 de fevereiro de 2011 dispõe sobre a implementação da Política Urbana e Ambiental, além de instituir o **Plano Diretor da Cidade**, no qual estará sujeito a avaliação a cada cinco anos e revisado a cada dez anos. Todo esse processo ocorre com o incentivo da participação da sociedade civil, incentivando de toda forma a participação popular no planejamento e efetivação das políticas públicas. Nos últimos anos as discussões para a revisão do plano estão voltadas para o desenvolvimento dos territórios vulneráveis, como a Zona Oeste, além de melhorias na infraestrutura da cidade, pensando na melhoria nos serviços de transporte públicos, investimentos em obras públicas de saneamento básico e o planejamento para habitações localizadas em áreas de risco.

Programa Territórios Sociais (2017)

A partir do decreto municipal nº 42912 de 02 de março de 2017, o **Programa Território Sociais** é instituído, com o objetivo de atuar de forma integrada, a partir do planejamento, coordenação e execução de ações voltadas para a população em situação de extrema pobreza, priorizando territórios identificados com baixo IDS. No ano de 2022 o programa é expandido para todas as áreas vulneráveis do município, a partir de um acordo de cooperação com o ONU Habitat - Programa das Nações Unidas para o assentamento de humanos.

Além das iniciativas citadas, prefeitura do Rio de Janeiro em representação das secretarias e órgãos públicos, desenvolve ações diversificadas para a promoção do acesso da população às políticas públicas, como o Programa de Urbanização de Assentamentos Populares (PROAP), Programa Morar Legal, Programa Favela Bairro e o Programa Segurança Presente. Observa-se que nos últimos anos há um compromisso maior com a garantia e qualidade dos serviços públicos, além do investimento a médio e longo prazo em ações que objetivam o desenvolvimento sustentável da cidade em sua completude. Na proposta em questão, a SEAC prevê este compromisso com o cidadão carioca, construindo ações coletivas que contribuirão para a construção do legado da cidade.

Conselho Municipal de Favelas (2021)

A partir do decreto municipal nº 49.812, de 19 de novembro de 2021, cria-se o Conselho Municipal de Favelas, com o objetivo de **contribuir para a participação social**, no controle e decisões governamentais. Este conselho promove a representação da cidade de forma fidedigna, considerando como uma das particularidades a existência de inúmeras comunidades na cidade, **promovendo o espaço de participação para lideranças das comunidades e movimentos sociais**. Cabe mencionar que a composição do conselho é mista, com a participação de todos os cidadãos, promovendo o diálogo horizontal em relação a propostas aliadas à realidade do território.

1.2 Discussão técnica sobre a modalidade de atendimento

O processo de redemocratização do Brasil teve grande participação da sociedade civil, tendo em vista o passado repressivo e as lutas em prol da democracia que almejavam a defesa dos direitos humanos e a conquista da cidadania plena. A Constituição Federal de 1988 foi uma dessas conquistas, definindo os principais direitos sociais, a partir do art. 6º "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." (BRASIL,1988)

A participação social foi institucionalizada a partir do controle social como uma das formas da participação política do povo, corroborando com o estado democrático de direitos. Dessa forma, a partir da constituição cidadã, a participação social na construção e controle das políticas sociais foi cada vez mais expressiva, apesar de muitos entraves é possível observar avanços consideráveis ao longo de 30 anos. Podemos destacar inicialmente o movimento da Reforma Sanitária, resultado na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a construção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e a organização da Seguridade Social a partir da atuação integrada da Saúde, Previdência Social e Assistência Social.

Neste cenário de lutas populares, as organizações comunitárias nas favelas são um exemplo de forte participação popular, em um território de desproteção social e segregação total. A natureza das organizações são diversas, mas o aspecto comum são as movimentações pela necessidade de agir e buscar soluções para os problemas enfrentados de forma coletiva. Portanto, a institucionalização da participação na forma do controle social contribui para o desenvolvimento dos territórios vulneráveis e, ao mesmo tempo, amplia a visão dos setores público e privado para além da teoria.

Atualmente as políticas públicas são desenvolvidas em maior consonância com a realidade da população, **considerando a intersetorialidade como um valioso instrumento da gestão pública**. A partir da ampliação dos direitos sociais podemos observar o caso da **Lei 8080/90**, que define a saúde enquanto um direito fundamental e cria o Sistema Único de Saúde (SUS)⁶. Assim, a intersetorialidade faz parte do SUS como forma de articulação entre outras políticas e programas que estão além da política de saúde, mas são vinculadas à proteção social. (Marcondes, Sandim e Diniz, 2018)⁷

Na realidade das políticas públicas o objetivo é traçar estratégias que contribuam com a efetividade de acesso, buscando metodologias atuais que cooperem com um trabalho técnico eficiente. Nesse ponto de vista, para Wanderley, Martinelli e Paz (2020)⁸, a intersetorialidade é uma alternativa para combater a fragmentação e setorização existente nas políticas sociais, reforçando o compromisso com uma leitura crítica e aliada à realidade de acirramento das expressão das questões sociais.

Desfrutar dos bens e serviços públicos em sua plenitude, a partir do acesso aos direitos sociais, é o mínimo para possibilitar o desenvolvimento humano na sociedade. Assim como o incentivo à participação social é um instrumento para a ampliação do acesso aos direitos, e ao incentivo à criação de políticas públicas qualificadas.

Além disso, sabemos que a necessidade de construção e desenvolvimento de políticas públicas que combatam de fato as desigualdades vem sendo discutida por estudiosos e movimentos sociais, mas a estrutura setorializada ainda se apresenta como um obstáculo neste processo de articulação entre os serviços públicos. Dessa forma, cabe ressaltar um erro que cometemos muitas vezes ao não considerar as principais características dos territórios onde as ações serão desenvolvidas. Os territórios com baixo índice de desenvolvimento social precisam ser considerados enquanto a necessidade de intervenção, mas para além disso, é preciso considerar as favelas enquanto um espaço de ações autônomas, com suas próprias culturas. Ou seja, as favelas não são iguais.

⁶BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos . Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Brasília, v. 128, n. 182, 20 set. 1990

⁷MARCONDES, M.M.; Sandim, L. T.; DINIZ, R. A. P. **.Transversalidade e Intersectorialidade: mapeamento do debate conceitual no cenário brasileiro**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. Administração Pública e Gestão Social, vol. 10, núm. 1, p. 22-33, 2018.

⁸ WANDERLEY, M. B.; MARTINELLI, M. L.; DA PAZ, R. D. O.. **Intersectorialidade nas Políticas Públicas**. Serviço Social & Sociedade, n. 137, p. 7-13, jan. 2020

A existência de programas que compreendam a articulação entre as políticas públicas em potencial a partir da intersectorialidade e transversalidade, enfatizam a relevância de ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população e democratização do acesso aos serviços públicos essenciais. Além de promover acesso à aquisição de bens e serviços, torna-se fundamental acompanhar e possibilitar a participação da população residente nas favelas diretamente nas políticas públicas. Tal aspecto reforça o desafio de colocarmos na prática preceitos estabelecidos em seu artigo 1º. Artigo 1º (Art 1 CF 88)

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Dar cumprimento a esta norma constitucional demanda inverter os valores que hoje se encontram estabelecidos por uma classe dominante. No Brasil, na maioria dos municípios, a democracia participativa possui uma aplicabilidade jurídica, mas ainda sem utilidade social (Bonavides, 2003)⁹. É exatamente neste contexto que o Programa Favela com Dignidade, da Secretaria Especial de Ação Comunitária do Rio de Janeiro atua. Procura estruturar a implementação de políticas públicas que tenham a favela como centralidade, estabelecendo a articulação entre os órgãos públicos, lideranças, movimentos sociais, sociedade civil, além do

⁹ BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa – Por um direito constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade.** 2ª ed. São Paulo : Malheiros Editores, 2003

Conselho de Favelas. A integração com o poder público contribui para a consolidação dos direitos fundamentais, visto que não há cumprimento efetivo da constituição sem a participação da sociedade.

1.3 Informações e dados sobre os trabalhos similares ao objeto já realizados pela ECOS

- **SALAS DO PROGRAMA MULHER CIDADÃ - (SPM-Rio)**

Em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Município do Rio de Janeiro, a ECOS realiza a cogestão técnica e administrativa de até 10 Salas do Programa Mulher Cidadã, desde julho de 2022. Neste programa são oferecidas atividades como **oficinas, palestras e cursos com o objetivo de incentivar a inserção profissional, educacional e cultural das mulheres participantes**. O público alvo são mulheres a partir de 16 anos de idade, não há exigência do nível de escolaridade para a participação nas oficinas, pois o objetivo é **incentivar a capacitação profissional**.

O programa prevê que todas as salas promovam o atendimento especializado com uma equipe multiprofissional, composta por uma Psicóloga, uma Assistente Social e uma Advogada, buscando o acolhimento e encaminhamento necessário para mulheres vítimas de violência.



Oficinas realizadas nas Salas da Mulher Cidadã

- **PROJETO TÔ DE BOA - (SENAD - PNUD - SMAS-Rio) Projeto Tô de Boa -**

O Projeto piloto "Tô de Boa", executado em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, tem como finalidade prevenir a inserção de adolescentes e jovens no tráfico de drogas, e projetar diferentes repertórios de vida, a partir de ações sociais realizadas diretamente à residentes em regiões de extrema vulnerabilidade e grande influência do narcotráfico. O Projeto baseia-se na realização de transferência de renda no valor de R\$500,00 para 200 jovens selecionados nas comunidades

do Chapadão e Pedreira, durante o período de 10 meses. Além da bolsa auxílio, os adolescentes e jovens selecionados participarão de oficinas diárias, no contraturno escolar. As oficinas têm como base 3 (três) eixos temáticos: “Esporte”; “Arte e Cultura” e “Mundo do Trabalho”, que estão articuladas diretamente ao tema transversal “Projeto de Vida”, tendo como objetivo possibilitar, de forma intencional e sistemática, aprendizados que oportunizem aos jovens a construção da própria identidade e a definição de estratégias para a concretização dos sonhos e planos. As oficinas são realizadas de forma presencial, com a carga horária de oito horas semanais para cada adolescente/jovem participante, distribuídas em 4 dias na semana, 2 horas por dia. O projeto teve início em outubro de 2022 e tem previsão de conclusão em 12/2023.



Atividades do projeto Tô de Boa

- **CENTRO DE CONVIVÊNCIA CAPIM MELADO**

O Centro de Convivência Capim Melado é um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sendo executado pela ECOS desde janeiro de 2021 em parceria com a Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária de Niterói. O objetivo é a realização de atividades socioculturais, ofertando oficinas **esportivas e culturais para um público diversificado de todas as idades, promovendo atividades intergeracionais**. Além disso, também são oferecidas **capacitações para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social**.



Imagens do Centro de Convivência Capim Melado

- **CEU JURUJUBA**

O Centro de Artes e Esportes Unificados Ismael Silva (CEU de Jurujuba) é gerido pela ECOS a desde janeiro de 2022, no centro são desenvolvidas ações a partir dos eixos esportivo, eixo de artes cultura e lazer e capacitação profissional, tendo como finalidade integrar, em um mesmo espaço físico, programas e ações setoriais, com objetivo de promover, em áreas de vulnerabilidade social, a **ampliação do acesso a serviços públicos, o desenvolvimento econômico e social, a cidadania e a garantia de direitos**. Localizado no Bairro de Jurujuba (Niterói, RJ), em sua estrutura o projeto conta com uma biblioteca, telecentro, cineteatro, salas multiuso e um complexo de lazer e de esporte com equipamentos de ginástica, pistas de caminhada e de skate, além de uma quadra poliesportiva. Dentre algumas das atividades oferecidas, destacamos: basquete, handebol, vôlei, skate, judô, muay thai, ballet, hip-hop, entre outros. São atendidas cerca de 800 pessoas por mês, considerando todas as atividades.



Imagens do CEU de Jurujuba

- **VILA OLÍMPICA ARTUR DA TÁVOLA**

Avenida das Américas, 8445 sala 1218 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.539.959/0001-25 - Telefone: 2517-3314 / (21)97940-4433
e-mail: gerenciatecnica.ecos@gmail.com site: <http://ecosbrasil.org>

A Vila Olímpica Artur da Távola/Vila Isabel, localizada no bairro que é um dos berços do samba e da boemia carioca, fica no parque Recanto do Trovador, antigo Jardim Zoológico da cidade do Rio de Janeiro. O espaço foi criado para oferecer atividades esportivas principalmente para os moradores do morro dos macacos, a prática esportiva era farta, com o oferecimento de esportes a todos os tipos de classes sociais.

Dessa forma, o objetivo da ECOS a partir de outubro de 2019 é executar eficientemente a Gestão Administrativa e Esportiva da Vila Olímpica Artur da Távola, visando a oferta de **atividades de iniciação esportiva, esportivas e desportivas para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência.**



Imagens Vila Olímpica Artur da Távola, gerida em parceria com ECOS

- **PARQUE DAS VIZINHANÇAS DICRÓ - VILA OLÍMPICA DE RAMOS**

A Vila Olímpica Parque das Vizinhanças Carlos Roberto de Oliveira "Dicró" localiza-se em uma região cercada por comunidades carentes de serviços públicos de qualidade, como por exemplo o próprio esporte orientado, a saúde e saneamento básico e muitas vezes estão expostos a violência comum ao Rio de Janeiro, sendo controladas por poderes paralelos. A se propõe a ser um espaço onde a população em geral usufrui de serviços públicos de qualidade, com professores treinados, promovendo o intercâmbio de experiências, a intergeracionalidade e a integração entre as comunidades, não havendo a diferenciação entre os alunos dos condomínios e da favela, apenas, alunos.

Dessa forma, o objetivo da ECOS a partir de **Outubro de 2019** é executar eficientemente a Gestão Administrativa e Esportiva da Vila Olímpica Parque das Vizinhanças Carlos Roberto de Oliveira, visando a **oferta de atividades de iniciação esportiva, esportivas e desportivas para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência.**



Parque das Vizinhanças Dicró - Vila Olímpica de Ramos. Projeto gerido em parceria com a ECOS.

- **PROJETO PNUD - "FORTALECIMENTO DA GARANTIA DO DIREITO À VIDA E DA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL"**

Dentre os projetos desenvolvidos pela ECOS relacionados à temática da Garantia de Direitos Humanos, em 2021 celebramos parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) onde atuamos na **co-criação, articulação, capacitação e monitoramento do projeto** - "Fortalecimento da garantia do direito à vida e da redução da violência contra crianças e adolescentes no Brasil", sendo o representante da região Sudeste, tendo o município de Nova Iguaçu, RJ como campo de atuação. O Objetivo do Projeto é fortalecer as ações de garantia e promoção do direito à vida desse público no país e delinear estratégias através da formação de crianças, adolescentes e suas famílias, nos planos Vem pra Vida, Vem pra Rede e Vem pra Escola, contribuindo para redução dos índices de evasão escolar e de **letalidade infanto Juvenil**. Este Programa foi executado no município de Nova Iguaçu e tem como ação direta a realização de **módulos formativos** que abrangem temáticas socioafetivas. Essas formações acontecem nos três níveis: **com gestores públicos, com organizações parceiras e com os alunos e seus familiares**.

PROGRAMA VEM VIVER - PNUD

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, em parceria com o Governo Federal e a ECOS, tem como objetivo fortalecer as ações de garantia do direito à vida.

A intenção é delinear estratégias de combate à letalidade e a violência, contra as crianças e adolescentes, a partir da construção e aplicação da metodologia, desenvolvida em três planos: Vem pra Rede, Vem pra Escola e Vem pra Vida.

CURSO DE CAPACITAÇÃO:

Apresentamos o que é o Programa Vem Viver e como ele acontece na comunidade escolar e no entorno.

Enfatizamos o trabalho do Multiplicador, sobre os processos de formação, monitoramento e busca ativa.

Na aplicação do plano Vem pra Escola, primeiro, a equipe técnica da ECOS foi preparada para transmitir o conhecimento. Na sequência, a ECOS executou a formação de 167 professores das escolas públicas de Nova Iguaçu. Em seguida, no Plano Vem Pra Vida participaram todos os atores do entorno da unidade escolar como: CRAS, CREAS, Conselhos Tutelares, e OSCs, que desenvolvem atividades em contraturno escolar e atuam na defesa de direitos das crianças e adolescentes.

Cada plano prevê 5 encontros de formação de 4h cada, totalizando 20h de formação.

o curso foi dividido em turmas com 02 dias de encontros presenciais e outros 03 módulos online, com aulas ao vivo, via plataformas digitais.

No total, foram 05 módulos com avaliações individuais e online, com certificado de conclusão.



Assista ao vídeo em: <https://youtu.be/AcQS1NIWzhU>

- **CASAS VIVA BANGU, DEL CASTILHO E PENHA**

A ECOS desenvolve a cogestão das Casas Vivas em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro – SMAS/RJ, realizando o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de envolvimento e uso de substâncias psicoativas. A Casa Viva conta equipe técnica multidisciplinar para o acolhimento de até 16 crianças e adolescentes em cada unidade, possuindo a estrutura necessária para a realização dos cuidados e espaços de convivência. As Casas Vivas funcionam como um lar provisório e a atuação da equipe tem como proposta, ações que promovam a ressignificação da vida desses jovens, ajudando na sua gradual reinserção familiar e comunitária, de forma saudável e livre das drogas.



Registro das atividades desenvolvidas pela ECOS nas Casas Viva

- **PROJETO SEJA DIGITAL – CAPACITAÇÃO, INSTALAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

Em 2017 a ECOS desenvolve o projeto de Busca Ativa e Mobilização Social, no estado do Rio de Janeiro, em parceria com a SEJA DIGITAL/EAD, fazendo a implantação de mais de 183 Pontos de Aconselhamento – PDAs nos CRAS e CREAS dos diversos municípios do estado do RJ, com objetivo de orientar, esclarecer, agendar e cadastrar mais de 1.200.000 beneficiários dos Programas Sociais do Governo Federal, para recebimento gratuito do kit digital, preparando a população para o processo de mudança do sinal analógico para digital da TV aberta no Brasil. Esse processo foi um marco histórico nacional, que promoveu e garantiu acesso digital de toda população, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade social.

No âmbito da formação profissional, a ECOS realizou a formação e profissionalização de 1.800 jovens para a implantação da tecnologia em quase 700.000 casas, possibilitando o alcance de sinal digital em residências de baixa renda.



Registro fotográfico do trabalho SEJA DIGITAL executado pela ECOS em parcerias com os CRAS

- **PROJETO "SER CIDADÃO"**

O desejo de contribuir para uma sociedade mais justa e com menos desigualdade, fez a ECOS planejar uma ação que pudesse de alguma forma despertar a vontade de crianças e adolescentes, em situação de exclusão e vulnerabilidade social, de ser CIDADÃO e orgulhar-se disso. Ser Cidadão é um projeto de cunho social cujo objetivo precípua é apresentar às crianças, adolescentes e pessoas com deficiência o que é **exercer a cidadania e como é importante praticá-la**.

São oferecidas palestras, encontros e debates sobre saúde, direitos, deveres e condutas que o ser humano deve buscar para ser uma pessoa atuante, consciente e capaz de superar as adversidades cotidianas. São tratados diversos assuntos ligados à saúde, educação, mercado de trabalho e cidadania, como noções de moral e cívica, importância de votar, de ser um ser humano consciente da importância de realizar iniciativas sociais. As atividades são realizadas de forma lúdica para despertar o interesse e atenção das crianças e dos adolescentes.



Imagens do projeto Ser cidadão

Citamos também a cogestão de duas Centrais de Recepção para Adolescentes – Nova Carioca e Novo Taiguara, que realizam o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de abandono e maus tratos, buscando a reinserção social e familiar; Cogestão do serviço Casa da Mulher Carioca Tia Doca e Casa da Mulher Carioca Dinah Coutinho, que realizava atendimento à mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos; Co-gestão dos 19 Conselhos Tutelares do município do Rio de Janeiro, responsáveis pelas ações de garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social,; Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçados de Morte – PPCAM, que tem como objetivo promover estratégias para o enfrentamento da letalidade infanto-juvenil; Projeto Diagnóstico da Proteção Integral da Criança e do Adolescente, que tem como objetivo a realização de diagnóstico da proteção integral da criança e do adolescente e respectivos planos de atenção aos seus direitos;

1.4 Dificuldades e desafios encontrados para a realização do Programa e soluções propostas para superá-los

Desafios e Dificuldades – Situação Problema 1

Uma das dificuldades de implementação de políticas públicas nas favelas e comunidades cariocas está na adversidades de interlocução entre os órgãos públicos, as lideranças comunitárias, o Conselho de Favelas e parceiros da sociedade civil. Essa abordagem colaborativa é essencial para promover mudanças significativas e alcançar melhorias socioeconômicas nessas áreas. Entender o termo favela, respeitando a sua dimensão antropológica, como um conjunto de hábitos, costumes, valores, arte e inserido dentro de uma pluralidade de culturas. Respeitar esta diversidade exige não somente a reprodução de saberes e práticas exitosas, mas torna-se indispensável a inclusão e reconhecimento das atividades como instrumento de uma cultura local do município, tornando sua prática, suas tendências, expressões e representações simbólicas adquiridas e perpetuadas pelas diferentes gerações.

Soluções para superar a Situação Problema 1

Neste sentido, o presente projeto visa consolidar permanentemente o desenvolvimento da manifestação das ações integradas entre os órgãos públicos, as lideranças comunitárias, o Conselho de Favelas e parceiros da sociedade civil no âmbito da formação e da inclusão social oportunizando em suas atividades espaços que possam integrar diferentes modalidades, alinhado a espaços de formação e capacitação de atores sociais chaves (profissionais da saúde, assistência social, professores e do moradores locais possibilitando assim um poderoso

instrumento de reflexão e de empoderamento social sobre a defesa e valorização dos direitos humanos no município do Rio de Janeiro.

Desafios e Dificuldades – Situação Problema 2

A realidade atual mostra que, assim como em outras áreas da administração pública, a gestão centralizada de programas e espaços culturais públicos está sujeita a muitos problemas, como por exemplo: as formalidades burocráticas para compras, contratações, reformas, e que são incompatíveis com a atividade de capacitação e mobilização social devido a sua dinâmica de constantes e diferentes mudanças.

Soluções para superar a Situação Problema 2

Pensar a gestão compartilhada de programas posta em prática em ambientes democráticos, como a celebração de contratos e/ou convênios atuam como indutor e complementador da implementação de políticas públicas e tendem a possibilitar os ajustes necessários para dar celeridade aos processos, como também a expertise técnica e operacional para que o desenvolvimento da política pública de esporte e lazer local possa ser executado de forma a satisfazer as necessidades da população.

2 JUSTIFICATIVA

A partir do aumento exponencial das desigualdades no país é possível observar os rebatimentos na realidade da população em situação de vulnerabilidade. Na cidade do Rio de Janeiro, identifica-se que o crescimento desordenado e a falta de acesso às políticas públicas afeta diretamente a qualidade de vida e o desenvolvimento social dos cidadãos. Este fato acaba por isolar a população dos territórios mais vulneráveis, implicando nas contradições observadas a partir das diversas realidades vivenciadas nos mesmos territórios.

As políticas e programas voltados para a população em situação de vulnerabilidade, sofrem, historicamente, com a fragmentação dos serviços, muitas vezes impactando nos resultados esperados pela gestão pública. Pensar a interlocução das ações de uma maneira sistêmica é pensar um conjunto de ações que promovam o esforço simultâneo de vários órgãos, muitas vezes de várias áreas do governo, de maneira a provocar a potencialização dos resultados.

A presente proposta de parceria para a efetivação do Programa Favela com Dignidade, baseia-se nos princípios da responsabilidade compartilhada entre a sociedade civil e o poder público. Dessa forma, a ECOS está comprometida em contribuir com a promoção do acesso às

políticas públicas para a população, a partir da efetivação dos principais direitos sociais e constitucionais. Levando em conta a interlocução com os setores públicos, privado e a sociedade civil, além da importante participação da comunidade na construção do processo e na efetivação do controle social. Assim, importa mencionar que a metodologia das ações contribui para o fortalecimento da autonomia da população em matéria de incentivo ao desenvolvimento pessoal e social, para além da oferta dos serviços de maior necessidade das comunidades. Fortalecendo o trabalho transversal e intersetorial dos setores envolvidos, oportunizando a participação cidadã enquanto um direito social.

Esta proposta está em consonância com os objetivos apresentados pela Secretaria de Ação Comunitária do Rio de Janeiro, atuando em consonância com a experiência da ECOS, no incentivo à participação social, desenvolvimento de projetos e programas que objetivam promover a garantia de direitos e o exercício da cidadania.

3.OBJETO

A realização de ações comunitárias que, integradas, visem à implementação de políticas públicas eficazes, efetivas e qualificadas voltadas para as favelas e comunidades cariocas, através da constante interlocução entre os órgãos públicos, as lideranças comunitárias, o Conselho de Favelas e parceiros da sociedade civil.

3.1 Objetivo geral

O Programa **Favela com Dignidade** tem como objetivo qualificar a concepção de centralidade da favela como espaço preferente para o desenvolvimento de uma política pública potente e qualificada, através da **transversalidade e intersetorialidade**, ressaltando o viés sinérgico e gregário entre as pastas, de caráter economicamente viável, sob a ótica de coordenação cooperativa, nos moldes de mutirões de ações de zeladoria realizadas pelos diversos órgãos da Prefeitura, a fim de mitigar os estoques de serviços essenciais às favelas e comunidades cariocas, represados até o momento, para que seja restabelecida a qualidade de vida, pertença e dignidade, aos seus moradores.

Objetivos específicos

- 1.** Facilitar a aquisição de bens e serviços para as comunidades e favelas cariocas, a partir da escuta qualificada das lideranças locais e do Conselho de Favelas;

2. Fortalecer a intersectorialidade municipal colocando a prioridade das ações em áreas com baixo IDS, observando as metas já estabelecidas individualmente, por cada política setorial.

4. ABRANGÊNCIA

Abrangência territorial

A cidade do Rio Janeiro está inserida no Sudeste do país, pertencendo a Região Metropolitana, com uma extensão territorial de 1.200,329 km² e uma densidade demográfica de 5.174,77 hab/km². (IBGE,2022)¹⁰ Em relação a população da cidade, de acordo com o censo demográfico de 2010, havia cerca de 6.320,446 habitantes na cidade (IBGE), aproximadamente 39% da população do estado. Deste número 2.959,817 habitantes eram homens (46,83%) e 3.362,083 mulheres (53,17%). Já no último censo realizado em 2022¹¹, este número indica uma baixa substancial no quantitativo de habitantes, sendo de aproximadamente 6.211.423 habitantes, indicando uma taxa de crescimento populacional de -1,72%. Apresentando uma densidade demográfica de 5174,77 pessoas por km² e aproximadamente 2,53 moradores por domicílio.

A cidade é constituída por 161 bairros e sua organização é feita a partir de 33 Regiões Administrativas (RA) e 5 Áreas de Planejamento (AP). Sendo respectivamente: **AP1** composta pelas RA's: Portuária, Centro, Rio Comprido, São Cristóvão, Paquetá e Santa Teresa; **AP2** composta pelas RA's: Botafogo, Copacabana, Lagoa, Tijuca, Vila Isabel e Rocinha; **AP3** composta pelas RA's: Ramos, Penha, Inhaúma, Méier, Irajá, Madureira, Ilha do Governador, Anchieta, Pavuna, Jacarezinho, Complexo do Alemão, Vigário Geral e Maré; **AP4** composta pelas RA's: Jacarepaguá, Cidade de Deus e Barra da Tijuca; **AP5** composta pelas RA's: Bangu, Campo Grande, Guaratiba, Realengo e Santa Cruz.

Mapa das 5 Áreas Programáticas (AP) do Rio de Janeiro

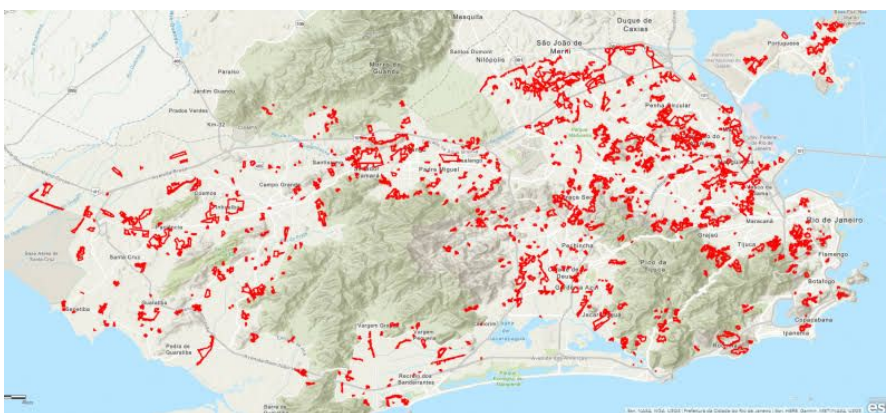
¹⁰ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/rio-de-janeiro.html>

¹¹IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 coletados até 25/12/2022. BRASIL: IBGE, 2023.



Fonte: Instituto Pereira Passos

Mapa das Favelas do Rio de Janeiro



Fonte: Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN) 2018

Indicadores Sociais

O Programa Favela com Dignidade tem o objetivo de atuar na cidade do Rio de Janeiro, desenvolvendo atividades nas comunidades com baixo IDS, que serão eleitas a partir de um estudo aprofundado já nas primeiras ações do programa. A reflexão sobre esses territórios foi apresentada anteriormente, no contexto do projeto.

Tabela de IDS por Áreas e Regiões Programáticas do Rio de Janeiro

Área Programática (AP)		Índice de Desenvolvimento social - (IDS)
AP1 (IDS - 0,600)	RP 1.1 - Centro	0,600
AP2 (IDS -	RP 2.1 - Zona Sul	0,722

Avenida das Américas, 8445 sala 1218 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ
 CNPJ: 02.539.959/0001-25 - Telefone: 2517-3314 / (21)97940-4433
 e-mail: gerenciatecnica.ecos@gmail.com site: <http://ecosbrasil.org>

0,710)	RP 2.2 - Tijuca	0,688
AP3 (IDS - 0,591)	RP 3.1 - Ramos	0,571
	RP 3.2 - Méier	0,622
	RP 3.3 - Madureira	0,597
	RP 3.4 - Inhaúma	0,570
	RP 3.5 - Penha	0,577
	RP 3.6 - Pavuna	0,562
	RP 3.7 - Ilha do Governador	0,627
AP4 (IDS - 0,624)	RP 4.1 - Jacarepaguá	0,597
	RP 4.2 - Barra da Tijuca	0,676
AP5 (IDS - 0,554)	RP 5.1 - Bangu	0,572
	RP 5.2 - Campo Grande	0,562
	RP 5.3 - Santa Cruz	0,528
	RP 5.4 - Guaratiba	0,493

Fonte: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2010

Público Alvo

O público alvo do programa consiste na população residente nas comunidades/favelas do Rio de Janeiro, que possuem baixo Índice de Desenvolvimento Social (IDS). Bem como, lideranças de associações de moradores ou movimentos sociais, enquanto partícipes da construção das ações conjuntas nos territórios.

5. DEFINIÇÃO DE PARÂMETROS PARA O CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E METAS

Objetivo específico (1): Facilitar a aquisição de bens e serviços para as comunidades e favelas cariocas, a partir da **escuta qualificada** das lideranças locais e do Conselho de Favelas;

META	INDICADOR	INSTRUMENTO DE VERIFICAÇÃO	PERÍODO	RESULTADO ESPERADO
Realização de uma ação integrada mensal objetivando levar serviços à população.	Nº de Ações Comunitárias Integradas Nº de usuários atendidos em cada ação Nº de órgãos participantes	Registros fotográficos e em vídeos; Relatório Técnico administrativo mensal	2º ao 12º	Estabelecer um complexo de atividades para o público elegível com ampla oferta de vagas
Cumprir 90% do proposto no Plano de Trabalho.	Realização de ações comunitárias de acordo com as atividades do Plano de Trabalho Nº de visitas e articulações	Registros fotográficos e em vídeos; Relatório Técnico administrativo mensal	1ª ao 12º mês	Assegurar que o Plano de Trabalho seja cumprido em 90% da sua totalidade de modo a cumprir com a execução das atividades e devida aplicação dos recursos repassados.
Compor estrutura mínima de recursos humanos para a execução das várias ações de responsabilidade do serviço	% dos profissionais contratados, de acordo com o descrito no plano de trabalho	Folha de pagamento; Relatório administrativo	1º mês	Selecionar e contratar equipe do Programa para a execução das ações

Avenida das Américas, 8445 sala 1218 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 02.539.959/0001-25 - Telefone: 2517-3314 / (21)97940-4433

e-mail: gerenciatecnica.ecos@gmail.com site: <http://ecosbrasil.org>

Adquirir 100% dos recursos materiais e de consumo necessários para a execução	% dos recursos adquiridos os, de acordo com o delimitado no Plano de Trabalho	Relatório administrativo mensal	1º ao 12º mês	Garantir a infraestrutura necessária para a realização das atividades.
80% dos beneficiários satisfeitos	Nº de formulários respondidos Grau de satisfação com as Ações Comunitárias Integradas	Pesquisa de satisfação, a partir da aplicação de formulários de avaliação ; Relatório Técnico administrativo mensal	1º ao 12º mês	Atender às expectativas da população e, principalmente, mensurar as repercussões territoriais a partir da oferta deste segmento de atividade
Realizar 06 capacitações continuadas para a equipe de trabalho	Nº de capacitações realizadas	Relatório Técnico administrativo mensal;	2º ao 10º mês	Garantir que a equipe de trabalho contratada esteja apta para exercer suas funções com qualidade.

Objetivo específico (2): Fortalecer a **intersectorialidade municipal** colocando a prioridade das ações em áreas com baixo IDS, observando as metas já estabelecidas individualmente, por cada política setorial.

META	INDICADOR	INSTRUMENTO DE VERIFICAÇÃO	PERÍODO	RESULTADO ESPERADO
Realizar articulação com órgãos e secretarias municipais (Pontos Focais)	Nº de articulações realizadas	Relatório Técnico administrativo mensal;	1º ao 12º mês	Contribuir para a interlocução das políticas setoriais envolvidas nas ações comunitárias.

Realizar visita técnica na comunidade eleita em conjunto com as secretarias	Nº de órgãos e secretarias presentes na visita técnica	Relatório Técnico administrativo mensal;	1º ao 12º mês	Possibilitar que os Pontos Focais aprofundem o conhecimento sobre a realidade da comunidade, a fim de contribuir com o planejamento das ações.
Realizar parcerias com instituições do território (associações comunitárias, projetos sociais)	Nº de parcerias realizadas Nº de instituições no território	Relatório Técnico administrativo mensal;	1º ao 12º mês	Garantir o mapeamento das instituições do território, de forma a contribuir para a realização das ações de forma intersetorial.

6. METODOLOGIA DAS AÇÕES

A partir da presente posta, a ECOS busca na execução do Programa Favela Com Dignidade, a implementação de uma metodologia de estudo que busque o desenvolvimento da autonomia, cooperação, valores, participação e inclusão social, valendo-se do programa como veículo de acesso a bens e serviços, priorizando a **intersetorialidade** das políticas públicas nas regiões de baixo IDS. Para além das principais necessidades das comunidades, o programa busca promover a participação social em todos os processos das ações, que vão do planejamento, ao conhecimento especializado e a efetivação das ações. Em especial, a parceria entre a SEAC, órgãos públicos e secretarias, organizações da sociedade civil, o Conselho de Favelas e as lideranças locais objetiva contribuir com a melhora da qualidade de vida das comunidades, a fim de incentivar o exercício da cidadania e a autonomia para o desenvolvimento individual e social.

Tendo como premissa fundamental a sua capacidade de participar da construção e do desenvolvimento de ações em parceria, surgindo assim, um modelo de gestão participativa, que estimula a conjunção das iniciativas das equipes dos órgãos públicos e a ECOS no planejamento, execução e avaliação das atividades desenvolvidas, possibilitando assim um melhor encaminhamento para as demandas dos usuários assistidos; o empoderamento dos profissionais envolvidos; e, conseqüentemente, o pleno cumprimento da missão de cada uma das instituições envolvidas neste processo.

Para implementar e reforçar o processo de monitoramento da execução das ações serão realizadas reuniões mensais entre Secretaria Especial de Ação Comunitária e a Equipe Técnica da ECOS. As práticas pedagógicas a serem desenvolvidas devem pautar nos conteúdos de cada área do conhecimento; em como esta metodologia de ensino e práticas avaliativas serão implementadas. No porquê é fundamental entender o curso histórico do processo de aquisição de conhecimento. E para que se faz necessário as estratégias e ações de socialização e a apropriação dos conteúdos, enquanto compromisso com democratização da cultura e da garantia de direitos.

Considera-se que o Programa demanda uma visão aprofundada da realidade de desigualdade vivenciada na cidade do Rio de Janeiro, neste sentido, a organização das ações estão voltadas para o conhecimento prévio da realidade da comunidade eleita para as ações. Neste processo, que será direcionado pela Equipe técnica, é construída uma relação com a população do território promovendo a escuta ativa e valorizando as experiências relatadas. A partir disso, com a interlocução da SEAC e dos órgãos interessados, serão traçadas estratégias direcionadas a alcançar os objetivos propostos no programa de modo geral, e acima de tudo,

reforçar a participação da comunidade eleita durante o processo de construção das ações ou na efetividade dos serviços ofertados durante o período de doze meses.

Partindo deste princípio, a ECOS reconhece o papel significativo que o Programa Favela com Dignidade representa na cidade do Rio de Janeiro, considerando as ações anteriores da SEAC-Rio, enquanto ponto de partida para a criação de programas como este. A partir desta proposta, entende-se que o acesso aos principais direitos sociais é apenas o ponto de partida para o incentivo ao exercício da cidadania, busca-se contribuir para a potencialização das comunidades enquanto principal instrumento de fortalecimento da cidadania.

O programa prevê a realização de **12 ações comunitárias integradas**, que serão realizadas na comunidade eleita após o estudo técnico aprofundado descrito anteriormente. A descrição das ações está relacionada ao sentido de completude dos serviços ofertados, considerando os eixos de atuação como assistente social, saúde, trabalho e renda, infraestrutura, habitação, entre outros. Apresentamos uma sugestão de serviços a serem implementadas no programa, ressaltando que as mesmas serão pactuadas com os pontos focais e profissionais da Secretaria Especial de Ação Comunitária.

- **EIXO 1 - DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA**
- **EIXO 2 - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA**

EIXO 1 - DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA

No **Eixo 1** o objetivo é realizar ações integradas que comprem com o objetivo de levar os principais serviços públicos de maior necessidade das comunidades eleitas para a realização das ações. Espera-se contribuir com o acesso da população aos direitos sociais, a partir do exposto na Constituição Federal de 1988. Para a efetivação das atividades conta-se com a parceria dos principais órgãos públicos e secretarias municipais. Neste eixo, a população poderá ter acesso a alguns serviços como:

- Assistência social (atendimento e acesso aos principais serviços e programas sociais);
- Promoção da saúde (Vacinação, encaminhamentos a atendimentos especializados);
- Orientação e serviços jurídicos;
- Documentação civil;
- Serviços de requalificação civil;
- Atendimento especializado para mulheres vítimas de violência;
- Infraestrutura da comunidade; (Coleta seletiva, pavimentação, saneamento básico, iluminação, entre outros)
- Acesso a formação profissional;

- Acesso a vagas de emprego;
- Acesso a matrícula escolar e combate a evasão;

Proposta de atividades

1. MUTIRÃO DE VACINAÇÃO	
DESCRIÇÃO	
Disponibilizar pontos de acesso estratégicos de vacinação, a proposta de serviço leva em consideração o calendário de vacinação anual proposto pelo Ministério da Saúde, além da campanha Movimento Nacional Pela Vacinação ¹² , onde é incentivada a multivacinação infantil, a vacinação contra o covid-19 (primeiras doses e reforço) e a Influenza (Gripe). Além disso, com esta ação pretende-se contribuir para a conscientização da importância da vacinação integral, promovendo os serviços ofertados pelas unidades de saúde do território.	
Público Alvo: População em geral, em especial crianças, idosos, gestantes	Materiais utilizados: Folders de divulgação da campanha nacional de vacinação.
ARTICULAÇÃO: Ação conjunta com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS - Rio) , em especial Clínicas da família dos territórios de referência.	

2.CAMPANHA DE PREVENÇÃO A IST's
DESCRIÇÃO
<p>Realizar atividades interativas de conscientização da população acerca da contaminação, incentivando a testagem rápida de HIV, que ocorre em pouco tempo, visto que o resultado é disponibilizado em 15 minutos. Para além disso, será disponibilizada uma equipe de saúde para atender às principais demandas da população, assim como acolher e encaminhar aqueles usuários que receberem o resultado positivo. Para além disso serão realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rodas de conversa sobre a temática proposta, esclarecendo o que são IST's e as principais formas de prevenção a contaminação, tratamentos disponíveis e a realidade das pessoas que convivem com essa realidade. • Distribuição de preservativos, junto a materiais informativos sobre a campanha e • informações pertinentes à ação conjunta.

¹² Governo Federal, Ministério da Saúde. Movimento Nacional pela vacinação. Brasil: 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/2023/vacinacao>

Público Alvo: Pessoas acima de 16 anos de idade. Sendo considerado o público abaixo dessa faixa etária, desde que sejam acompanhados dos responsáveis legais.	Materiais utilizados: Folders de divulgação da campanha nacional, preservativos masculinos e femininos.
ARTICULAÇÃO: Ação conjunta com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS - Rio) , em especial Clínicas da família dos territórios de referência.	

A partir dessa ação também é possível divulgar os serviços disponíveis nas unidades de saúde dos territórios, a fim de incentivar a população ao cuidado em relação à contaminação de IST's de modo geral, buscando outros serviços especializados.

3.FESTIVAL DA MULHER CARIOCA	
DESCRIÇÃO	
<p>A ação conta com uma equipe multidisciplinar especializada para o atendimento de mulheres vítimas de violência que necessitem de orientação e encaminhamentos ao Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) e ao Núcleo Especializados de Atendimento à Mulher (NEAM) do território de referência. O atendimento especializado tem o objetivo de incentivar a quebra do ciclo de violência, reforçando o apoio oferecido pela SPM-Rio e demais políticas públicas de enfrentamento a violência. A atividade prevê a realização de oficinas temáticas, similares às que já são realizadas no dia a dia das Salas da Mulher Carioca, que objetivam contribuir com a educação, inserção no mercado de trabalho e cultural. Segue abaixo as oficinas e serviços ofertados:</p> <p>Oficinas : Trança Nagô, Auto maquiagem,Elaboração de currículo, Bijuteria e Zumba Serviços: Inscrição em oficinas realizadas pelas Sala da Mulher cidadã, atendimento e orientação social.</p>	
Público Alvo: Mulheres a partir de 16 anos	Materiais utilizados: Folders de divulgação da campanha nacional
ARTICULAÇÃO: Ação conjunta com o Programa Salas da Mulher Carioca (SPM-Rio) e demais órgãos interessados.	

Esta ação tem o objetivo de contribuir com a prevenção da violência contra a mulher nas comunidades eleitas para a efetivação do Programa, em parceria com a campanha de conscientização e enfrentamento da violência contra a mulher da Secretaria de Políticas e Promoção da Mulher do Rio de Janeiro (SPM- Rio) e o Programa Mulher Cidadã, gerido pela ECOS.

4. AÇÃO CIDADÃ	
DESCRIÇÃO	
<p>Esta ação tem o objetivo de contribuir com o acesso da população a serviços emergenciais, promovendo um espaço aberto para orientações necessárias, onde cada órgão participante poderá contribuir a partir de sua competência.</p> <p>Serviços: Emissão de certidão de nascimento, carteira de identidade, informações sobre a requalificação civil, emissão de título de eleitor, atendimento social e inscrição em programas sociais, orientação e atendimento jurídico, entre outros.</p>	
<p>Público Alvo: População em geral</p>	<p>Materiais utilizados: Folders de divulgação dos serviços e programas</p>
<p>ARTICULAÇÃO: Em parceria com a Secretaria municipal de Assistência Social - SMAS-Rio, DETRAN-RJ, Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), o Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual (Nudiversis) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DP-RJ), e demais órgãos interessados.</p>	

5. Infraestrutura básica nas favelas	
DESCRIÇÃO	
<p>Essa proposta tem como objetivo concentrar os esforços e recursos disponíveis no desenvolvimento e aprimoramento da infraestrutura básica das favelas cariocas. A infraestrutura básica abrange serviços essenciais para a comunidade, como abastecimento de água, saneamento, energia elétrica, transporte, coleta de lixo e acesso a vias pavimentadas. A ação também visa criar espaços de convivência adequados e seguros, promovendo o bem-estar e a inclusão social dos moradores.</p>	

<p>Público Alvo: População em geral das favelas cariocas, com atenção especial aos grupos mais vulneráveis, como famílias de baixa renda, crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais.</p>	<p>Materiais utilizados: Os materiais utilizados variarão de acordo com as necessidades específicas de cada projeto, mas podem incluir:</p> <p>Materiais de construção: Cimento, tijolos, argamassa, tubos, fios elétricos, entre outros.</p> <p>Equipamentos de saneamento: Bombas, filtros, caixas de inspeção, tubulações.</p> <p>Material educativo: Folhetos, cartilhas, banners, para campanhas de conscientização.</p> <p>Equipamentos de transporte: Ônibus, vans, bicicletas, para melhorar a mobilidade.</p> <p>Veículos de coleta de lixo: Caminhões, caçambas, contentores.</p> <p>Equipamentos recreativos e esportivos: Brinquedos, mesas, bancos, para espaços de convivência.</p>
---	--

ARTICULAÇÃO: Será necessário estabelecer parceria e comunicação entre os seguintes atores: Secretarias de Urbanismo, Infraestrutura, Comlurb, Transporte e Meio Ambiente. Esses órgãos serão responsáveis por direcionar recursos, elaborar projetos e coordenar a execução das obras. Lideranças Comunitárias: Representantes das favelas e moradores engajados, que podem fornecer informações sobre as necessidades locais e mobilizar a comunidade em prol das melhorias. Conselho de Favelas: Organização que representa as comunidades e pode intermediar o diálogo entre os moradores e os órgãos públicos, garantindo que as demandas sejam ouvidas.

6. EMPREGO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NAS FAVELAS
DESCRIÇÃO
<p>Essa proposta tem como objetivo criar e implementar programas que visem promover a geração de emprego e renda nas favelas cariocas, ao mesmo tempo em que ofereçam treinamento e capacitação profissional para os moradores. A ação busca reduzir a dependência de atividades informais e precárias, proporcionando oportunidades de trabalho formal e qualificado. Através da capacitação profissional, os moradores poderão adquirir habilidades e conhecimentos que os tornem mais competitivos no mercado de trabalho.</p>

<p>Público Alvo: moradores das favelas cariocas, em especial aqueles que enfrentam dificuldades para ingressar ou se manter no mercado de trabalho formal.</p>	<p>Materiais utilizados: Materiais didáticos: Apostilas, livros, materiais audiovisuais para o desenvolvimento dos cursos de capacitação.</p> <p>Equipamentos: Computadores, impressoras, projetores, para aulas e atividades práticas.</p> <p>Ferramentas: Em programas de capacitação em áreas como construção civil ou artesanato, serão necessárias ferramentas específicas.</p> <p>Uniformes e Equipamentos de Segurança: Para programas que envolvam atividades práticas que requerem proteção.</p> <p>Materiais para Divulgação: Cartazes, flyers, anúncios, para divulgar os programas de capacitação e emprego nas comunidades.</p>
<p>ARTICULAÇÃO: Órgãos Públicos: Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, Secretaria Municipal de Assistência Social</p> <p>Empresas Privadas: Firmar parcerias com empresas que possam oferecer oportunidades de estágio, aprendizado ou emprego para os participantes capacitados.</p> <p>Organizações da Sociedade Civil: Contar com o apoio de ONGs e entidades com experiência em capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho.</p> <p>Lideranças Comunitárias: Engajar as lideranças locais para divulgar e apoiar a participação dos moradores nos programas.</p> <p>Instituições de Ensino: Estabelecer parcerias com escolas técnicas e universidades para oferecer cursos de capacitação e desenvolvimento profissional.</p> <p>Voluntários: Contar com o apoio de voluntários para ministrar aulas, oferecer mentoria e compartilhar conhecimentos específicos.</p>	

EIXO 2 - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

No **Eixo 2** o objetivo é promover ações integradas que potencializam e valorizam as comunidades, a fim de estreitar os laços do poder público com a população, em especial lideranças comunitárias. Através deste eixo, espera-se promover ações voltadas para o incentivo ao pensamento crítico da realidade, estimulando a participação para o desenvolvimento da comunidade. Dessa forma, com o objetivo de complementar ao estabelecido nas atividades do presente edital apresentamos alguns temas transversais que podem ser inseridos ao Programa. O planejamento das atividades e execução serão pautadas em consonância com as diretrizes apresentadas pela Secretaria de Ação Comunitária. Desse modo, os temas transversais serão trabalhados no das ações integradas, por meio de palestras, grupos ou rodas de conversa e serão realizadas de acordo com as parcerias previstas para a realização das ações.

- **Reuniões de Diagnóstico Participativo nas Favelas**

Descrição: Essa proposta visa realizar reuniões de diagnóstico participativo com a comunidade das favelas cariocas. O objetivo é envolver ativamente os moradores no processo de identificação das principais necessidades de infraestrutura em suas áreas de residência. Através dessas reuniões, busca-se obter uma compreensão abrangente das demandas locais, dos problemas enfrentados e das aspirações dos moradores em relação à melhoria das condições de vida em suas comunidades. As informações coletadas nessas reuniões serão fundamentais para orientar o planejamento das ações e projetos de desenvolvimento.

Público-Alvo: O público-alvo são todos os moradores das favelas cariocas. É essencial garantir a participação ampla e representativa da comunidade, envolvendo pessoas de diferentes faixas etárias, gêneros, ocupações e realidades socioeconômicas. A inclusão de grupos vulneráveis, como idosos, crianças, pessoas com deficiência e minorias étnicas, também deve ser priorizada para garantir que suas necessidades sejam devidamente consideradas.

Materiais Utilizados: Para a realização das reuniões de diagnóstico participativo, podem ser utilizados os seguintes materiais:

Espaços Comunitários: Locais adequados e acessíveis, como centros comunitários, escolas, associações ou praças, onde a comunidade possa se reunir.

Materiais de Apresentação: Flipcharts, quadros brancos, projetores ou telas para apresentação de informações e dados relevantes sobre a infraestrutura local.

Materiais de Escrita: Papéis, canetas, lápis e quadros para coletar e registrar as contribuições dos moradores durante as discussões.

Equipamentos de Som: Em caso de reuniões com grande participação, sistemas de som podem ser úteis para garantir que todos os presentes possam ouvir as discussões.

Tradução e Acessibilidade: Caso haja necessidade de tradução para outros idiomas ou recursos para pessoas com deficiência, é importante providenciar tais facilidades.

Articulação: A articulação para a realização das reuniões de diagnóstico participativo é fundamental para garantir a efetividade e o alcance desse processo. A colaboração entre os seguintes atores é essencial:

Lideranças Comunitárias: As lideranças locais desempenham um papel crucial na mobilização e engajamento da comunidade para participar das reuniões.

Órgãos Públicos: É importante envolver os órgãos públicos responsáveis pelas questões de infraestrutura e desenvolvimento das favelas cariocas, para que possam contribuir com informações técnicas e recursos para as demandas identificadas.

Conselho de Favelas: A articulação com o Conselho de Favelas pode facilitar a organização das reuniões e garantir que as necessidades de diferentes comunidades sejam abordadas de forma conjunta.

Parceiros da Sociedade Civil: O apoio de organizações não governamentais e outras instituições da sociedade civil pode enriquecer o processo, trazendo experiência em métodos de participação comunitária e contribuindo para a divulgação das reuniões.

Equipe de Facilitadores: É recomendável contar com uma equipe de facilitadores capacitados em técnicas de participação comunitária, mediação de conflitos e condução de discussões para garantir um ambiente aberto e inclusivo.

- **Temática Transversal:** Ética/Cidadania

A ética e cidadania estão relacionados com as atitudes dos indivíduos e a forma como estes interagem uns com os outros na sociedade, trabalhando o conjunto de direitos e deveres pelo qual o cidadão, o indivíduo está sujeito no seu relacionamento com a sociedade em que vive.

Formato: palestras, grupos ou rodas de conversa.

- **Temática Transversal:** Meio Ambiente

Os participantes deverão compreender as noções básicas sobre o tema e perceber as relações que condicionam a vida para posicionar-se de forma crítica, diante do mundo, dominar métodos de manejo e de conservação ambiental. Nesta temática poderão ser incentivadas reflexões sobre o próprio território, de reconhecimento do espaço e atividades relacionadas à reciclagem.

Formato: palestras, grupos, oficinas e rodas de conversa.

- **Temática Transversal:** Políticas afirmativas de direito

Os participantes saberão reconhecer a diversidade como um **direito** dos povos e dos indivíduos e repudiando toda forma de discriminação, seja por raça, classe, crença religiosa e sexo.

Formato: palestras, grupos, oficinas e rodas de conversa.

- **Temática Transversal:** Pluralidade e participação social

Os participantes poderão refletir sobre a realidade vivenciada na comunidade em que vivem, a partir do acesso a atividades de valorização do território, com o reconhecimento dos principais meios de participação social. Nesta temática será agregada a parceria com as organizações locais e movimentos sociais, no sentido de demonstrar o trabalho realizado e incentivar a participação local.

Formato: palestras, grupos, oficinas e rodas de conversa.

6.1 Projeto para captação de parcerias

- **POLÍTICA DE EDUCAÇÃO**

A articulação com os equipamentos educacionais será de fundamental importância para divulgação das ações para crianças e adolescentes. Dessa forma, realizaremos um primeiro contato através da Secretaria Municipal de Educação a fim de realizar um mapeamento de todas as escolas municipais inseridas no território. Após a consolidação da parceria com as escolas e universidades iniciaremos o processo de divulgação das ações conjuntas a fim de promover a integração social e o direcionamento dos serviços para a população.

- **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Os equipamentos da Assistência Social são espaços essenciais para o acompanhamento da população mais vulnerável. Nesse sentido, realizaremos junto a Secretaria Municipal de Assistência Social um levantamento para o estabelecimento de parcerias e execução do trabalho de forma intersetorial com os CRAS e CREAS.

- **POLÍTICA DE SAÚDE:**

Estabelecer articulações com equipamentos da Saúde também é uma importante ferramenta para aprimorar a atuação de nossas atividades tendo em vista que as crianças, adolescentes e idosos usuários do Projeto estão constantemente fazendo uso dos equipamentos de saúde, e que podem beneficiar-se das atividades ofertadas. Dessa maneira, buscamos nos articular com a Secretária Municipal de Saúde do município a fim de atingir um trabalho multidisciplinar e que consiga abranger o público alvo desejado, promovendo a cidadania e inclusão social.

- **OUTROS PROJETOS RELEVANTES:**

O objetivo é articular parcerias com projetos sociais, movimentos sociais, associações e organizações da sociedade civil do território, promovendo a divulgação do programa e incentivando a participação da comunidade em todos os processos.

6.2 Estratégias e Metodologias inovadoras

As práticas de intervenção em políticas públicas devem se pautar pela ampliação do acesso a direitos e oportunidades de inclusão social para a população dos diferentes territórios. Estendendo estes conceitos a implantação de programas e serviços na área da assistência social não podemos nos esquecer que lidamos com pessoas, cada um fruto de um conjunto de aprendizagens e experiências construídos socialmente. A proposta da Ecos está pautada em um modelo de intervenção no qual o ser humano é o ponto chave. É a partir das construções e vivências de cada um que serão desenvolvidas as competências relacionadas ao objeto do projeto. As características desta metodologia de intervenção envolvem 3 aspectos principais: a empatia, o diálogo e a proatividade.

- **EMPATIA**

Em qualquer relação que estabelecemos precisamos aprender a nos colocar no lugar do outro. Os programas e ações precisam ter uma visão empática, sobre a história, o contexto social de seus participantes e de sua cultura local. Não podemos nos esquecer, que os seres humanos são seres sociais e todos têm a capacidade de desenvolver empatia. É uma habilidade e, como qualquer habilidade, a empatia pode ser aprendida

- **DIÁLOGO**

Os últimos dois anos nos ensinou de uma forma não muito boa o quanto precisamos um dos outros, que não conseguimos viver sozinhos, que somos sempre dependentes de alguém. Tudo isso foi necessário para entendermos que uma pessoa só não tem condições para saber o que é melhor para todas as pessoas. Por isso, é fundamental desconstruir alguns preconceitos e entender que para um melhor entendimento do outro é imprescindível conviver e dialogar com pessoas com realidades e visões diferentes.

- **PROATIVIDADE**

Princípios e experiências externas podem nos indicar caminhos para a inovação, mas se não estivermos acostumados a tomar iniciativa por conta própria, esses processos podem demorar muito para tomar forma. Daí a proposta de ensinar estratégias de autonomia e pensar em resolução de problemas. Nas oficinas e atividades serão trabalhadas ferramentas para que o participante possa aprender a enxergar a frente, prever os problemas e avaliar as possíveis soluções.

O processo de formar profissionais precisa considerar múltiplos fatores, como a rapidez de mudança dos conceitos, o grande número de informações e a necessidade de pensar em como transmitir esses conteúdos. Entretanto, passamos por mudanças na forma de como se aprende e, por que não, de como se ensina. Os conhecimentos hoje com avanço tecnológico estão cada vez mais fluidos. Podem ser armazenados não mais somente na nossa mente, mas

em memórias de computador. Nos fazendo entender que as principais intervenções devem estar no ensino e discussão do conhecimento dos problemas do mundo atual, tornando as pessoas capazes de intervir e promover as transformações necessárias. Mais do que nunca se faz necessário formar um ser humano capaz de conviver com o outro, com suas semelhanças e diferenças e construindo suas competências sócio-emocionais

6.3 Cronograma de execução

Objetivo específico (1): Facilitar a aquisição de bens e serviços para as comunidades e favelas cariocas, a partir da escuta qualificada das lideranças locais e do Conselho de Favelas;

META	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Realização de uma ação integrada mensal objetivando levar serviços à população.												
Cumprir 90% do proposto no Plano de Trabalho.												
Compor estrutura mínima de recursos humanos para a execução das várias ações de responsabilidade do serviço												
Adquirir 100% dos recursos materiais e de consumo necessários para a execução												
80% dos beneficiários satisfeitos												
Realizar 06 capacitações continuadas para a equipe de trabalho												

Objetivo específico (2): Fortalecer a intersectorialidade municipal colocando a prioridade das ações em áreas com baixo IDS, observando as metas já estabelecidas individualmente, por cada política setorial.

META	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Realizar articulação com órgãos e secretarias municipais (Pontos Focais)												
Realizar visita técnica na comunidade eleita em conjunto com as secretarias;												
Realizar parcerias com instituições do território (associações comunitárias, projetos sociais);												

6.5 Definição das atividades competentes a sociedade civil e ao poder público

Com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento das ações propostas no Plano de Trabalho e reafirmar as responsabilidades competentes a sociedade civil e o poder público, é de suma importância definir as atividades propostas, tendo em vista sua relação direta com o alcance das metas, considerando o princípio de responsabilidade compartilhada entre ambos para contribuir com uma sociedade mais justa e igualitária.

6.5.1 Atividades de Gestão Administrativa e Financeira

Competência da SEAC:

- **(a)** Garantir a plena e satisfatória execução do projeto, através da ritualização da parceria necessária e do controle das finanças, zelando para que os recursos repassados sejam aplicados estritamente na realização do projeto;
- **(b)** Realizar a supervisão, fiscalização e avaliação sobre o cumprimento do objeto do presente Termo de Colaboração.

Atribuição da ECOS:

- **(i)** Garantir o funcionamento do projeto, gerir e contratar profissionais essenciais à execução da proposta técnica do projeto, observando a legislação vigente e, em particular, a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, e realizar o pagamento de gastos ordinários;
- **(ii)** Recolher todos os encargos sociais, previdenciários e fiscais oriundos das referidas contratações;
- **(iii)** Caso a OSC possua o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), todo o valor monetário atribuído ao usufruto da imunidade tributária deverá ser ofertado como desconto na proposta da instituição;
- **(iv)** Desenvolver as necessárias parcerias para a boa consecução do projeto, garantindo o bem-estar dos beneficiários do projeto;
- **(v)** Não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação do atendimento prestado;
- **(vi)** Manter atualizadas as informações cadastrais junto à SEAC-Rio, comunicando-lhe imediatamente quaisquer alterações em seus atos constitutivos;
- **(vii)** Manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer do projeto, de modo a permitir o acompanhamento, a

supervisão, o controle e a fiscalização, a qualquer momento, pela equipe técnica da SEAC-Rio;

- **(viii)** Garantir a devida aquisição de bens, tais como a compra e controle de lanches, material gráfico e outros insumos para a operacionalização do projeto; locação de veículos para a efetivação das atividades; provisão de bens materiais que viabilizem a oferta de atividades previstas.

6.5.2 Atividades de Gestão Pedagógica

Competência da SEAC:

- **(i)** Coordenar as atividades de execução, bem como o escopo de capacitação das equipes de trabalho do presente projeto junto à OSC;
- **(ii)** Estabelecer um calendário de reuniões com a OSC com o fito de tratar tecnicamente a dimensão pedagógica do presente projeto;
- **(iii)** Propor alinhamento conceitual e técnico acerca da assertividade de condução da proposta técnica do presente objeto.

Atribuição da ECOS:

- **(i)** Apresentar plano político-pedagógico contendo atividades estruturadas dentro de uma lógica coerente com os valores de diversidade e inclusão.
- **(ii)** Apresentar os resultados alcançados consoantes ao cumprimento das metas estabelecidas no item "Metas a serem atingidas".
- **(iii)** Realizar atividades e capacitações das equipes de trabalho a fim de contribuir para o êxito e cumprimento da proposta técnica do projeto;
- **(iv)** Participar de reuniões mensais, ou sempre que convocada pela SEAC-Rio, objetivando trocas a respeito de questões pedagógicas e/ou administrativas do Projeto.
- **(v)** Permitir a supervisão, fiscalização e avaliação da SEAC-Rio acerca da exequibilidade do objeto pactuado no presente Termo de Colaboração.

7. RECURSOS HUMANOS

7.1 Quadro de Recursos Humanos Previsto

A ECOS se responsabiliza em realizar as ações de contratação pertinentes ao plano de trabalho, buscando profissionais compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas no programa, assim como para alcançar os objetivos propostos de satisfação da população atendida. As contratações seguirão as legislações atuais vigentes, em consonância com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Para a contratação, a ECOS considera as atividades desempenhadas, a carga horária compatível, assim como o piso salarial. Segue abaixo um quadro demonstrativo.

QUADRO DE PESSOAL - DEMONSTRATIVO						
CARGO	FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	ATRIBUIÇÃO	CARGA HORÁRIA (SEMANAL)	REGIME DE CONTRATAÇÃO	QUANTIDADE
Coordenador II	Coordenador	Nível Superior	Coordenar a equipe de trabalho, apurar o alcance das metas, organizar as capacitações das equipes, realizar a contratação de serviços e aquisição de materiais, elaborar a prestação de contas das despesas pagas	40 horas	CLT	01
Supervisor I	Supervisor Técnico	Nível Superior	Supervisionar a equipe, desenvolver a devida capacitação dessa equipe junto ao Coordenador, organizar as ações comunitárias, elaborar relatórios técnicos	40 horas	CLT	02

Assistente I	Assistente Social	Nível Superior	Coordenar a equipe de trabalho, apurar o alcance das metas, organizar as capacitações das equipes de campo. Prestar escuta qualificada para identificação das demandas das Associações de Moradores ou lideranças comunitárias; realizar atendimento em grupo para esclarecer sobre o Programa Favela com Dignidade; elaborar relatórios sobre as ações comunitárias, respeitando as especificidades da sua formação profissional. Realizar articulação com a rede socioassistencial. Participar das atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho	40 horas	CLT	01
Assistente I	Pedagogo	Nível Superior	Orientar e acompanhar a equipe de trabalho, apurar o alcance das metas, organizar as capacitações das equipes de campo. Elaborar rodas de conversa e Projeto Político Pedagógico. Promover a participação da comunidade no desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico. Prestar escuta qualificada para identificação das demandas das Associações de Moradores ou lideranças comunitárias; realizar atendimento em grupo para esclarecer sobre o Programa Favela com Dignidade; elaborar relatórios sobre as ações comunitárias,	40 horas	CLT	01

Avenida das Américas, 8445 sala 1218 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 02.539.959/0001-25 - Telefone: 2517-3314 / (21)97940-4433

e-mail: gerenciatecnica.ecos@gmail.com site: <http://ecosbrasil.org>

			respeitando as especificidades da sua formação profissional. Participar das atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho.			
Assistente III	Assistente Administrativo	Ensino Médio	Auxiliar os Coordenadores, elaborar atas de reuniões, elaborar ofícios e demais documentos administrativos, organizar as agendas das equipes técnicas, organizar as mobilizações, dar suporte às equipes de trabalho. Efetuar e auxiliar no preenchimento de processos, guias, requisições e outros impressos; otimizar as comunicações internas e externas, mediante a utilização dos meios postos à sua disposição, tais como telefone, correio eletrônico, entre outros; confeccionar, autuar ofícios, processos e requisições sempre que necessário; proceder à digitação de documentos quando solicitado; fazer pedidos de aquisição de material e encaminhar aos setores competentes. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.	40 horas	CLT	02

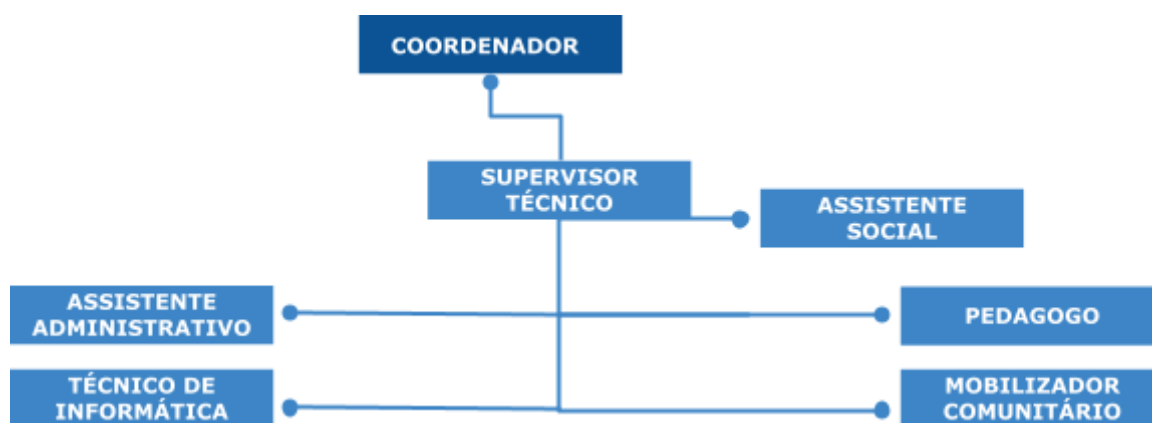
Auxiliar I	Mobilizador Comunitário	Ensino Médio	Apoiar e desenvolver atividades de busca ativa e mobilização comunitária, apoiar na organização das oficinas; apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas favelas, ou nas comunidades; Apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações comunitárias; Apoiar no processo de mobilização e campanhas intersectoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações, Apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas	40 horas	CLT	10
Assistente III	Técnico de Informática	Ensino Médio	Atuar na instalação e configuração de redes e softwares. Apoio operacional na transmissão de conteúdo online. Operar computadores, utilizando adequadamente os programas e sistemas informacionais postos à sua disposição, contribuindo para os processos de automação, alimentação de dados e agilização das rotinas de trabalho relativas à sua área de atuação. Operar máquinas copiadoras e impressoras.	40 horas	CLT	01
QUANTIDADE TOTAL: 18						

Avenida das Américas, 8445 sala 1218 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ
 CNPJ: 02.539.959/0001-25 - Telefone: 2517-3314 / (21)97940-4433
 e-mail: gerenciatecnica.ecos@gmail.com site: <http://ecosbrasil.org>

7.2 Reserva de Vagas

Com o objetivo de atender à legislação vigente quanto à observância do art. 24, VI, do Decreto nº 42.696/2016, referente à menção no Plano de Trabalho de reserva de vagas” a Organização Social Espaço Cidadania e Oportunidades Sociais garantirá a reserva de vagas no percentual mínimo de vinte por cento para afrodescendentes (sendo dez por cento para homens e dez por cento para mulheres); dois por cento para pessoas com deficiência; cinco por cento das vagas de nível fundamental e médio não especializado, cinco por cento de vagas de ensino médio e fundamental para jovens aprendizes.

7.3 Organograma da Equipe Técnica



7.4 Capacitação da Equipe Técnica

A capacitação continuada se refere à constante expansão de habilidades através do aprendizado e do aumento do conhecimento. Os funcionários são a parte mais importante de uma organização, principalmente em se tratando de equipamentos públicos que oferecem atendimento direto à população. Quando a instituição investe na capacitação dos seus colaboradores, ela possibilita o desenvolvimento de todos os seus setores, contribuindo para o alcance dos objetivos estabelecidos. A proposta de capacitação apresentada busca estimular que o profissional possa adquirir novas características, aprender novas técnicas e aperfeiçoar o seu trabalho, evitando o turnover e favorecendo a qualificação na oferta de serviço à população.

O objetivo é propiciar reflexões críticas e lúcidas acerca de questões como a valorização da garantia de direitos, de formar cidadãos ativos e críticos, de disponibilizar atendimento humanizado. As problemáticas identificadas em outros projetos congêneres desenvolvidos pela ECOS, permitem-nos considerar importante a elaboração de uma capacitação de cunho socioeducativo, destinado a capacitar pessoas que trabalham diretamente no atendimento à população em situação de vulnerabilidade social, focados na humanização do atendimento.

Para que as ações planejadas pela Organização Social Espaço, Cidadania e Oportunidades Sociais - ECOS, possibilitem a todas as partes interessadas a mensuração dos resultados que levarão ao aumento quantitativo e qualitativo no padrão do núcleo do Programa, torna-se essencial, normas, procedimentos e processos bem estruturados.

O Programa de Capacitação Continuada – PCC da ECOS, tem como premissa fundamental o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, com foco nos colaboradores previstos neste plano de trabalho, com vistas ao alcance da excelência na execução de suas tarefas, promovendo assim o seu pleno desenvolvimento e, conseqüentemente, o alcance das metas de gestão. Para tal, segue um passo a passo da Política de Capacitação Continuada, iniciando por esclarecer o que se pretende realizar, como será realizado e quando será realizado

Durante o período de execução do convênio, serão realizados 6 encontros de capacitação conforme cronograma abaixo. Estaremos apresentando o planejamento de capacitação que poderão ser reformuladas em conjunto com a Secretaria Especial de Ação Comunitária, de acordo com as necessidades de capacitação aferidas durante a realização da cogestão.

	CAPACITAÇÃO	CARGA HORÁRIA	MÊS DE EXECUÇÃO
1	Capacitação Introdutória – A instituição ECOS	4H	Mês 2
2	Introdução às políticas sociais no Brasil;	4H	Mês 4
3	Direitos Humanos e Cidadania;	4H	Mês 5
4	Planejamento de ações sociais;	4H	Mês 7

5	Periferia e o acesso a políticas públicas: como pensar em estratégias de intervenção	4H	Mês 8
6	O Controle Social como ferramenta de transformação social	4H	Mês 10
CARGA HORÁRIA TOTAL		28 HORAS	

Importante destacar que a ECOS possui uma infraestrutura e capacidade técnica especializada para a realização de conteúdo online e manutenção e alimentação de suas redes sociais, utilizando variadas metodologias de tecnologia digitais, tais como:

- **FERRAMENTAS DIGITAIS ECOSBRASIL.ORG** - Este é o portal principal da Espaço, Cidadania e Oportunidades Sociais, mais conhecida como ECOS. Nesta página o cidadão, ou colaborador, pode encontrar informações sobre projetos, editais e vagas de emprego, portal da transparência, aprender como desenvolver um projeto social e nossos contatos. Também é possível conhecer mais sobre a organização e acessar dados oficiais;

- **ECOSPB.ORG** - Este é um portal destinado aos projetos desenvolvidos no estado da Paraíba. Onde é possível acessar informações e assistir aos vídeos da atuação da ECOS, na infraestrutura e manutenção da educação da rede estadual;

- **TREINAMENTOS.ORG** - Portal de cursos e treinamentos disponível a colaboradores e também a comunidade. Com videoaulas gravadas e encontros, ao vivo, via zoom. Esta plataforma é uma verdadeira comunidade de pessoas em desenvolvimento pessoal e profissional com mais de 1.400 inscritos. No momento, há 11 cursos disponíveis, além do Vem Viver - treinamento que faz parte do Programa das Nações Unidas que está em Desenvolvimento (PNUD BRA). Confira com exclusividade o acesso à página de treinamento do Vem Viver, PNUD BRA, uma parceria da ONU com o Governo Federal. Favor, não compartilhar este link: treinamentos.org/vemviver.

8 SUPERVISÃO (AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO)

A avaliação consiste no acompanhamento contínuo e sistemático do desenvolvimento dos serviços realizados nas unidades, em relação ao cumprimento de metas, a partir dos indicadores apontados e o plano de metas estabelecido. A fim de cumprir os objetivos, ações, metas, prazos e responsabilidades, a ECOS estabelecerá uma rotina avaliativa com o Programa Favela com Dignidade. Como resultados desses processos, uma sistemática de documentos será entregue pela ECOS à Secretaria Especial de Ação Comunitária.

8.1 Avaliação processual

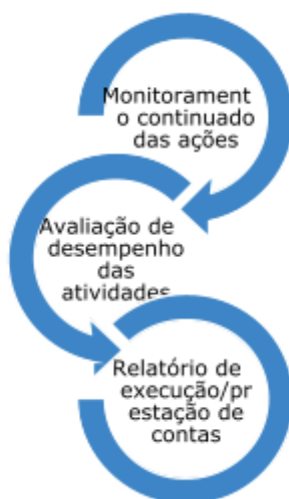
A Avaliação de Processos determina se as atividades propostas por um programa foram implementadas e geraram resultados conforme o esperado. Esse tipo de avaliação antecipa possíveis problemas e permite o monitoramento do desempenho das atividades.

Esta avaliação será implementada no início das atividades, sendo conduzida periodicamente, ao longo da execução da gestão. Dessa forma, o acompanhamento e monitoramento das ações do Programa Favela com Dignidade serão realizados por meio de visitas técnicas e assessoria realizada com objetivo de aferir o cumprimento das metas e exigências técnicas estabelecidas, atuando de forma conjunta no processo de avaliação e redirecionamento das ações de forma a solucionar as dificuldades encontradas no processo.

O sistema de avaliação processual de monitoramento e avaliação do serviço será realizado conforme instrumentos padronizados fornecidos pela Secretaria de Governo, além dos instrumentos já consolidados pela ECOS. Nesta etapa de avaliação, alguns instrumentos serão capazes de medir mensalmente as metas definidas.

8.2 Avaliação de resultados

A realidade social possui dimensões qualitativas e um dos conteúdos próprios da qualidade social é a participação. A avaliação qualitativa deve levar em conta principalmente a qualidade de vida atingida e o envolvimento. “Na qualidade não vale o maior, mas o melhor; não o extenso, mas o intenso; não o violento, mas o envolvente; não a pressão, mas a impregnação. Qualidade e estilo cultural, mais que tecnológico; artístico; mais que produtivo; lúdico, mais que eficiente; sábio, mais que científico”. (DEMO, 1941). Sendo parte da permanente reflexão sobre a atividade humana, a avaliação constitui-se num processo intencional, auxiliado por diversas ciências e que se aplica a qualquer prática.

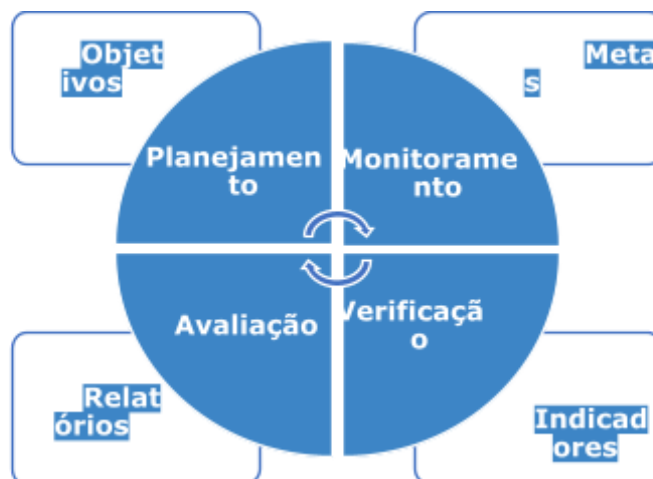


Em Projetos Sociais, a avaliação deve apresentar percentual seguro de confiabilidade, sua validade exigirá que os instrumentos utilizados meçam realmente o que se tentará medir. A confiabilidade na avaliação tem a ver com a qualidade e estabilidade da informação e, conseqüentemente, dos resultados obtidos. Sendo assim consideramos que a qualidade da informação é condição necessária enquanto a estabilidade é condição suficiente para a confiabilidade. Considerando que a avaliação não deve ser concebida como atividade isolada e autossuficiente, fará parte do processo de planejamento e desenvolvimento do Projeto, gerando uma retroalimentação que permitirá possibilidades de retificar ações e reorientá-las.

A avaliação de programas sociais consiste num importante instrumento estratégico que proporciona informações substantivas sobre as mudanças provocadas no cenário social. No entanto, esse campo, já consolidado em outros países, tem recebido pouca atenção, principalmente quando se trata da avaliação de programas implementados por organizações não-governamentais (ONGs). Considerando a importância e a necessidade em avaliar seus próprios programas, no que tange ao conhecimento do impacto de sua intervenção e principalmente da análise do nível de satisfação de seus usuários e funcionários sobre os serviços prestados, a ECOS irá promover uma pesquisa diagnóstica de forma a produzir uma avaliação capaz de estimular uma reflexão estratégica, bem como transformar da melhor forma possível, ação burocrática em iniciativa viva.

Cabe ressaltar que a ECOS possui no seu quadro de profissionais especialistas na área de Avaliação de Projetos Sociais, com Mestrado em Avaliação de Projetos, Programas e Sistemas Sociais, e trabalhos publicados pela Fundação CESGRANRIO e aprovado por Doutores em Avaliação da Universidade de Michigan USA. De acordo com a parceria proposta, a

avaliação será realizada pela ECOS em parceria com a Comissão Gestora e Comissão de Monitoramento e Avaliação, a partir de relatório descritivo contemplando os itens elencados no Manual de Parcerias Voluntárias aprovado pela Resolução CGM no 1.488, de 08/03/2019.



8.3 Indicadores e Metas de Atendimento para os 12 Meses de Vigência do Programa

QUANTITATIVOS				
Objetivo do Indicador	Indicador	Fórmula	Fonte	Meta
Aferir a seleção, e contratação dos profissionais para atuarem no projeto, garantindo a qualidade e eficiência no atendimento a população;	Nº de profissionais contratados	Contagem do número total de profissionais contratados	Folha de pagamento	100% dos profissionais previstos no Plano de Trabalho Contratados
Aferir o número de pessoas atendidas pelas ações do Programa	Número de pessoas cadastradas	Número total de cadastros realizados nas Ações do Programa	Cadastro do morador	2º ao 12º mês: 90%
Aferir o percentual de Ocupação das ações do Eixo II -Participação Comunitária	Número de inscrições realizadas por temática transversal, preenchendo a média de inscrições por atividade	Contagem do Número total de inscritos nas atividades	Ficha de Inscrição	75% da capacidade
Realizar eventos estratégicos e obrigatórios, tendo como culminância dois Seminários nos meses de Maio e Dezembro.	Número de eventos estratégicos realizados no bimestre	Nº de Eventos/Ações realizados no ano x Nº de Polos envolvidos no Evento	Relatório de atividades do Projeto Planejamento dos Eventos Estratégicos programados e Ficha de Descrição dos Eventos	1 evento/ação por Bimestre: 2 eventos anuais : 2 Seminários realizados por ano.

Avenida das Américas, 8445 sala 1218 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 02.539.959/0001-25 - Telefone: 2517-3314 / (21)97940-4433

e-mail: gerenciatecnica.ecos@gmail.com site: <http://ecosbrasil.org>

Aferir anualmente o grau de satisfação dos usuários do Programa	Percentual de usuários satisfeitos/muito satisfeitos em relação aos serviços oferecidos	Número de usuários satisfeitos ou muito satisfeitos / total de usuários entrevistados. Nº de Processos de Qualificação x horas de duração x Nº de Favelas envolvidos	Pesquisa anual a ser realizada para medir o nível de satisfação dos usuários.	80% usuários satisfeitos
Aferir processos de qualificação e de crescimento pessoal na execução do Programa	Horas de Palestras, Cursos, Reuniões e Encontros.	Nº de Processos de Qualificação x horas de duração x Nº de Favelas envolvidos 120 horas/ 12 meses = 10 horas mensais de capacitação	Relatório de Ações de Treinamento e Qualificação	120 horas <u>Capacitações bimestrais com duração de 3 (três) horas</u>

9. PRAZO

A partir da presente proposta, o plano de trabalho possui uma vigência de 12 meses, com possibilidades de prorrogação posteriormente. O seguimento do trabalho realizado estará direcionado através do cronograma de atividades, objetivando o cumprimento das etapas estabelecidas em consonância com as metas do programa.

9.1 Custos

9.1.1 Locação de Vans, Higienizadas, com motorista e combustível mensal

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Locação de Van com 21 lugares, com motorista e combustível, por 22 dias/mês, com 160 km / 12h/dia, com sanitização regular deste veículo, inclusive identidade visual do projeto (adesivo). Tendo a exigência de limite de 04 anos de fabricação. Van com internet	01
02	Locação mensal de carro de passeio mínimo de 5 lugares, motorização mínima 1.0, com motorista e combustível, com cota mensal de 3.000 km e limite de 04 anos de fabricação	01

9.1.2 Aquisição de Material e Expediente Mensal

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Resmas de papel A4	06

9.1.3 Aquisição de equipamento de proteção individual mensal

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Álcool Gel 70% de 500 ml	20

9.1.4 Aquisição única de equipamento de informática

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Notebook Core i3 11a Geração com Windows 11, HD 256GB SSD e 8GB DE MEMÓRIA RAM DDR4 Tela 15.6" Full HD ou superior e contendo pacote Office	02
02	Impressora Multifuncional Wireless, com tanque de tinta para 4 cores (CMYK), resolução máxima de impressão até 5.760 dpi x 1.440 dpi, com alimentador automático de folhas (ADF), para até 30 folhas (A4/Carta/Ofício). Para imprimir, copiar, digitalizar e enviar fax. Conectividade USB de alta velocidade (compatível com USB 2.0), Wi-Fi 4, Wi-Fi Direct, Wireless, Ethernet	01
03	Kit com 4 garrafas de tintas, original, compatível com impressora especificada, sendo 1 refil de tinta preto 65ml, 1 refil tinta ciano 65ml, 1 refil tinta magenta 65ml e 1 refil tinta amarelo 65ml.	05

9.1.5 Aquisição única de bens móveis

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Smartphone com tela de 6.3" ou maior com as seguintes configurações mínimas: capacidade 128GB de Memória interna, 4 GB de Memória RAM, Processador octa core com câmera frontal mínima de 5 MP e traseira mínima de 8 MP, rede Wi-fi	02

9.1.6 Aquisição de material de divulgação e identidade visual do projeto por ação integrada (12 ações integradas)

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Fornecimento de folders em papel couchê 75 gramas no formato A4, colorido, impressão frente e verso, com fornecimento da arte, que deverá ser aprovada pela equipe da SEAC.	2.500
02	Faixas personalizadas por evento – tamanho 0,30 x	02

	3,50 m	
OBS	Quantidade descrita por ação (Serão realizadas 12 ações)	

9.1.7 Aquisição de kit lanche e água por ação integrada (12 ações integradas)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	<p>1 (hum) Suco de fruta em caixinha tetrapack ou similar com volume de 200 ml, nas seguintes opções de sabores: Laranja, uva, maracujá, pêssego ou maçã. Composição: 100% fruta, zero adição de açúcar e zero de conservantes.</p> <p>1 (hum) Sanduíche 90 gramas no pão de leite ou pão de forma (50gr), com recheio de queijo mussarela e presunto (40gr), em embalagem plástica tipo polietileno, fechado e de forma que preserve a integridade física do lanche durante o transporte e a distribuição. Embalagem deve conter etiqueta com o nome do produto, descrição, data de fabricação e data de validade.</p> <p>1 (hum) Bolinho ou Muffin tipo de doce 22 a 40 gramas, embalagem do fabricante para produtos industrializados.</p> <p>1 (hum) tipo de fruta 86g (banana prata) ou 135g (maçã fuji)</p> <p>2 (dois) Guardanapos - Guardanapo de papel, confeccionado em papel absorvente em folha dupla de boa absorção, com a dimensão mínima de 15x15 cm, embalado em saco plástico transparente, atóxico e totalmente vedado.</p> <p>1 (hum) Embalagem de polipropileno/polietileno fechadas, íntegras, resistentes, atóxicas, transparentes, próprias para contato com alimentos, de tamanho apropriado.</p>	400
02	Fornecimento de água sem gás em copos de 200 ml, que deverão estar acondicionados em caixas térmicas com gelo, a fim de manter a temperatura até o final do evento.	2000
OBS	Os itens que possuem opções de sabores devem ser intercalados por semana/por entrega, em comum acordo entre a ECOS e a SEAC . Todos os produtos devem ser fornecidos dentro do prazo de validade. Quantidade descrita por ação. Serão realizadas 12 ações	

9.1.8 Aquisição de locação de máquinas e equipamentos com insumos por ação integrada (12 ações integradas)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Locação de estrutura tubular (boxtrus) para instalação de backdrop - fundo de "palco".	01
02	Locação de tendas articuladas medida 3m X 3m com cobertura de lona branca, estrutura de aço, inclusive montagem e desmontagem.	30
03	Locação de tendas na medida 6m X 6m, estrutura tubular de aço, cobertura de lona branca, inclusive montagem e desmontagem.	02
04	Locação de conjunto de mesas (70x70) com 4 cadeiras plásticas na cor branca.	70
OBS	Quantidade descrita por ação (Serão realizadas 12 ações)	

9.1.9 Aquisição de locação de máquinas e equipamentos com insumos por ação integrada (12 ações integradas)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Locação de Banheiro químico modelo PNE, com acesso a cadeirantes, inclusive insumos, papel higiênico e papel toalha.	01
02	Locação de Banheiro químico simples, masculino e feminino, inclusive insumos, papel higiênico e papel toalha.	02
OBS	Quantidade descrita por ação (Serão realizadas 12 ações)	

9.1.10 Aquisição de locação de máquinas e equipamentos com insumos por ação integrada (12 ações integradas)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Locação de sistema de sonorização para espaço aberto, com 01 animador, 01 microfone sem fio, 01 microfone com fio, com suporte para mesa, com operador/DJ, técnico de som e animador	01
OBS	Quantidade descrita por ação (Serão realizadas 12 ações)	

9.1.11 Aquisição de locação de máquinas e equipamentos com insumos por ação integrada (12 ações integradas)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Execução de ponto de tomadas duplas, sendo uma em padrão atual regulamentada em 220V e outra no padrão 110V, instalados em cabos tipo PP 4vias X 4AWG. Material incluso e mão de obra. Sendo uma extensão com 50 metros e 16 tomadas, disjuntor duplo de 40A. Para Tensão 220V Material incluso e mão de obra. Sendo uma extensão com 50 metros e 16 tomadas, disjuntor duplo de 40A. Para Tensão 110V	01
OBS	Quantidade descrita por ação (Serão realizadas 12 ações)	

9.1.12 Aquisição de locação de máquinas e equipamentos com insumos por ação integrada (12 ações integradas)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Locação de roteador de internet/wifi móvel externo tipo Box 4G com franquia de 10GB	02
OBS	Quantidade descrita por ação (Serão realizadas 12 ações)	

9.1.13 Aquisição única de material de divulgação e identidade visual do projeto

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Banner para fundo de palco tipo Backdrop no formato 300 x 200 cm, impressão 4x0, tecido poliéster, com acabamento em ilhós	01
02	Banner no formato 120 x 80 cm, impressão 4x0, tecido poliéster, com acabamento e tubetes para fixação em tripé.	08
03	Faixas personalizadas (testeiras) para identificação das tendas das secretarias e órgãos da prefeitura tam. (30cm x 3m)	30

9.1.14 Aquisição única de material de escritório

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Pranchetas de Eucatex com prendedor de metal	50
02	Caneta esferográfica azul, com corpo de cristal e tampa azul	100
03	Lápis preto, tipo 2B	100
04	Borracha branca escolar	80
05	Fita dupla face 9mm x 20m - rolo	36
06	Fita adesiva transparente 12mm x 10m	20
07	Fita adesiva transparente 45mm x 45m	16
08	Corretivo branco em fita	24
09	Grampeador metálico de mesa	10
10	Caixa de grampo 26/6 para grampeador	10
11	Régua transparente de 30 cm	10
12	Tesoura multiuso - 1/2	20
13	Quadro em cortiça, pop madeira 90 x 120	03
14	Quadro branco Standard 90 x 120	02

15	Pacote de braçadeira em nylon de 20 cm (com 100 unidades)	12
16	Saco para lixo 100l – 75x85x05 (pacote com 100 unid.)	02

9.1.15 Aquisição única de material de divulgação e identidade visual

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Camisa em algodão tipo T-Shirt, cor branca, com logomarca da SEAC-RIO, em tamanhos diversificados, destinada a equipe de trabalho. A arte deverá ser aprovada pela equipe da SEAC.	60
02	Colete na cor azul da Prússia, de tadel, personalizado com fechamento frontal em zíper, bolsos e faixas refletivas, em tamanhos diversificados, destinado a equipe de trabalho.	40

10 TABELA DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA

A	Fator Grau de Adequação	ITEM NO PLANO DE TRABALHO ECOS
	I. Grau de Adequação aos objetivos específicos do programa ou ação em que se insere o tipo de parceria	Item 3
E	Fator Experiência	

	<p>i. Experiência da OSC correspondente ao tempo, em anos, na execução do objeto da parceria ou de natureza semelhante.</p> <p>ii. Experiência da OSC correspondente à quantidade de instrumentos jurídicos, certidões ou atestados comprovando a execução do objeto da parceria ou de natureza semelhante.</p> <p>iii. Experiência do responsável técnico pela execução do objeto da parceria, demonstrando notória competência na área de atuação do objeto da parceria, a ser comprovado mediante certidões e/ou atestados.</p>	<p>Parte I Item 1.5 e Part II item 1.3</p> <p>Anexo</p> <p>Item 1.7 e anexo</p>
E	Fator Capacidade Operacional	
11	<p>i. Dados técnicos da execução das tarefas e a metodologia empregada</p> <p>ii. Infraestrutura de apoio, declarando os equipamentos e programas (inclusive os recursos de informática quando for o caso), assim como o suporte técnico operacional disponível na Organização da Sociedade Civil para, eventualmente, apoiar a equipe que executará as atividades.</p> <p>iii. Organograma da equipe a ser alocada aos serviços com a descrição da qualificação do pessoal necessário e as responsabilidades das diversas áreas.</p>	<p>Item 5 e Item 6</p> <p>Item 1.6</p> <p>Item 7</p>
P	Fator Preço (quanto maior, menor será a pontuação)	
	Preço/valor de referência	Item 11

11 PLANILHA FINANCEIRA



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PROGRAMA FAVELA COM DIGNIDADE									
TIPO	ESPECIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO BRUTA				MÊS	12 MESES	NOTA	
		QUANT.	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	VALOR	VALOR				
PESSOAL	1.1 Coordenador II	1	R\$ -	R\$ 5.421,85	R\$ 5.421,85	R\$ 65.062,20	1		
	1.2 Supervisor I	2	R\$ -	R\$ 4.339,86	R\$ 8.679,72	R\$ 104.156,64	2		
	1.3 Assistente I	1	R\$ -	R\$ 3.631,45	R\$ 3.631,45	R\$ 43.577,40	3		
	1.4 Assistente I	1	R\$ -	R\$ 3.631,45	R\$ 3.631,45	R\$ 43.577,40	4		
	1.5 Assistente II	2	R\$ -	R\$ 2.009,97	R\$ 4.019,94	R\$ 48.239,28	5		
	1.6 Auxiliar I	10	R\$ -	R\$ 1.870,69	R\$ 18.706,90	R\$ 224.482,80	6		
	1.7 Assistente III	1	R\$ -	R\$ 2.009,97	R\$ 2.009,97	R\$ 24.119,64	7		
	EFETIVO P/ TURNO	18	R\$ -	R\$ 22.915,24	R\$ 46.101,28	R\$ 553.215,36			
	SUBTOTAL 1		18		R\$ 46.101,28	R\$ 553.215,36			
	1.8 Encargos Patronais, Sociais e Trabalhistas	1.11.1 INSS		0,00%		R\$ -	R\$ -		
		1.11.2 SAT		0,00%		R\$ -	R\$ -		
		SALÁRIO		0,00%		R\$ -	R\$ -		
		IN CRA/SENAI/SESI		0,00%		R\$ -	R\$ -		
		FGTS		8,00%		R\$ 3.688,10	R\$ 44.257,23		
	PIS		1,00%		R\$ 461,01	R\$ 5.532,15			
	SUBTOTAL 2		9,00%		R\$ 4.149,12	R\$ 49.789,38			
	1.9 Provisionamento	Férias	11,11%		1/2 de férias proporcionais + 1/3 de abono	R\$ 5.121,85	R\$ 61.462,20		
		Recisão	4,00%		Metade da multa rescisória	R\$ 1.844,05	R\$ 22.128,60		
		Aviso Prévio	8,33%		1/12 avos do aviso prévio	R\$ 3.840,24	R\$ 46.082,88		
		13*Salário	8,33%		1/12 avos do 13º salário	R\$ 3.840,24	R\$ 46.082,88		
SUBTOTAL 3		31,77%		R\$ 14.646,38	R\$ 175.756,56				
BENEFÍCIOS		QUANT. EFETIVOS	DIAS	VALOR	IDA + VOLTA	MÊS	12 MESES		
Vale Transporte		18	22	4,30	2	R\$ 3.405,60	R\$ 40.867,20		
Vale Refeição/Alimentação		18	22	12,00	1	R\$ 4.752,00	R\$ 57.024,00		
SUBTOTAL 4						R\$ 8.157,60	R\$ 97.891,20		
TIPO	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR	MÊS	12 MESES				
OPERACIONAL	Veículos	1	R\$ 26.800,00	R\$ 26.800,00	R\$ 321.600,00				
	Veículos	1	R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00	R\$ 102.000,00				
SUBTOTAL 5				R\$ 35.300,00	R\$ 423.600,00				
TIPO	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR	MÊS	12 MESES				
DIVERSOS	Aquisição de material de expediente mensal			R\$ 149,40	R\$ 1.792,80	8			
	Aquisição de material de proteção individual - álcool em gel 70%			R\$ 159,00	R\$ 1.908,00				
	Aquisição única de equipamentos de informática			R\$ -	R\$ 7.208,40	9			
	Aquisição única de bens móveis - smartphone			R\$ -	R\$ 2.455,80	10			
	Material de divulgação e identidade visual do projeto por ação integrada			R\$ 1.060,00	R\$ 12.720,00	11			
	Aquisição de kits lanche e água por ação integrada			R\$ 9.360,00	R\$ 112.320,00	12			
	Aquisição de locação de máquina e equipamentos por ação integrada			R\$ 10.700,00	R\$ 128.400,00	13			
	Aluguel de banheiros químicos por ação integrada			R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00				
	Locação de sistema de sonorização e execução de pontos de tomada			R\$ 7.639,12	R\$ 91.669,44				
	Locação de roteador de internet externo tipo Box 4G			R\$ 600,00	R\$ 7.200,00				
	Aquisição única de material de divulgação e identidade visual do projeto			R\$ -	R\$ 2.544,00	14			
	Aquisição única de material de escritório (canetas, quadros, pranchetas, fitas adesivas...)			R\$ -	R\$ 2.217,38				
	Aquisição única de material individual de identidade visual			R\$ -	R\$ 4.010,00	15			
	SUBTOTAL 6				R\$ 30.667,52	R\$ 386.445,82			
	TIPO	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR	MÊS	12 MESES			
TOTAL PARCIAL	SUBTOTALS (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7 + 8 + 9)			R\$ 139.021,90	R\$ 1.686.698,32				
CUSTOS INDIRETOS	Conforme inc. III, art. 46 da Lei 13.019/2014, alterada pela lei 13.204/15 (custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria).		6,04%	R\$ 8.396,92	R\$ 101.876,58				
5,05				R\$ 147.418,82	R\$ 1.788.574,90				

NOTAS EXPLICATIVAS

- NOTA 1: 01 (um) cargo de Coordenador II (função Coordenador) – Ensino Superior
 NOTA 2: 01 (um) Cargo de Supervisor I (função de Supervisor Técnico) – Ensino Superior
 NOTA 3: 01 (um) Cargo de Assistente I (função de Assistente Social) - Ensino Superior
 NOTA 4: 01 (um) Cargos de Assistente I (Função de Pedagogo) – Ensino Superior
 NOTA 5: 02 (dois) Cargos de Assistente III (Função de Assistente Administrativo) – Ensino Médio
 NOTA 6: 10 (dez) Cargos de Auxiliar I (Função de Mobilizador Comunitário) – Ensino Médio
 NOTA 7: 01 (um) Cargos de Assistente III (Função de Técnico em Informática) – Ensino Médio
 NOTA 8: Fornecimento de resmas de papel A4
 NOTA 9: Aquisição única de notebooks, impressora multifuncional, kit de tinta para impressora
 NOTA 10: Aquisição única de bens móveis – smartphone
 NOTA 11: Fornecimento de folders, faixas personalizadas por ação integrada
 NOTA 12: Aquisição por Ação Integrada de kit lanches e água em copo de 200ml
 NOTA 13: Locação de estrutura tubular, tendas articuladas, conjunto de mesas e cadeiras.
 NOTA 14: Aquisição única de banners e faixas personalizadas para identificação de tendas
 NOTA 15: Aquisição única de camisas T-Shirt com logo SEAC e coletes personalizados

Avenida das Américas, 8445 sala 1218 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ
 CNPJ: 02.539.959/0001-25 - Telefone: 2517-3314 / (21)97940-4433
 e-mail: gerenciatecnica.ecos@gmail.com site: http://ecosbrasil.org

11.1 Cronograma de desembolso



ESPAÇO, CIDADANIA E OPORTUNIDADES SOCIAIS

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - PROGRAMA FAVELA COM DIGNIDADE

MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10
R\$ 460.970,41	R\$ -	R\$ -	R\$ 442.534,83	R\$ -	R\$ -	R\$ 442.534,83	R\$ -	R\$ -	R\$ 442.534,83

Avenida das Américas, 8445 sala 1218 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.539.959/0001-25 - Telefone: 2517-3314 / (21)97940-4433
e-mail: gerenciatecnica.ecos@gmail.com site: <http://ecosbrasil.org>